

CONSULTA

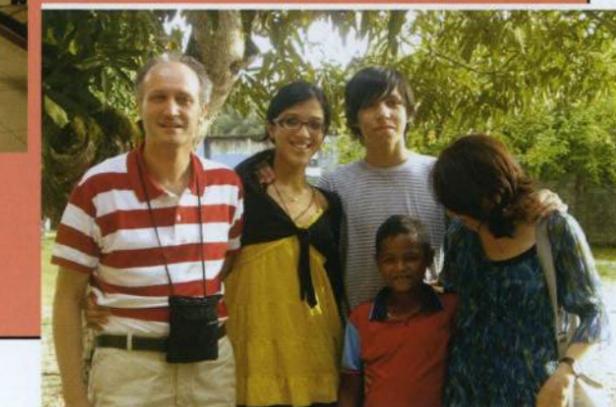


RELATÓRIO **2009/2010** DE GESTÃO

TABELA DE PRODUÇÃO DO MUTIRÃO

VARA	PERÍODO	DESPACHOS	SENTENÇAS	TOTAL
1ª Vara Fazenda	07/1 a 31/08	52	323	375
3ª Vara Fazenda	07/1 a 31/10	817	466	1.283
2ª Vara Cível	07/1 a 30/11	1.032	399	1.431
3ª Vara Cível	01/4 a 30/09	202	68	270
4ª Vara Cível	08 a 31/10	04	12	16
6ª Vara Cível	01/4 a 30/11	10	09	19
7ª Vara Cível	01/4 a 30/09	51	45	96
9ª Vara Cível	07/1 a 30/11	1.414	614	2.028
10ª Vara Cível	07/1 a 30/11	856	428	1.284
11ª Vara Cível	01/4 a 30/11	46	20	66
3ª Vara Família	01/4 a 31/08	05	15	20
5ª Vara Família	07/1 a 30/11	856	335	1.191
6ª Vara Família	07/1 a 30/11	720	355	1.075
7ª Vara Família	07/1 a 31/08	72	130	202
Vara Crimes contra Criança	07/1 a 31/08	01	03	04
3ª Vara Penal	07/1 a 30/11	02	41	43
7ª Vara Penal	07/1 a 31/08	00	01	01
9ª Vara Penal	07/1 a 31/10	15	74	89
12ª Vara Penal	07/1 a 31/08	00	06	06
1ª Vara Execuções Penais	01 a 30/11	23	22	45
1ª Vara Cível Icoaraci	01/7 a 30/11	41	43	84
2ª Vara Cível Icoaraci	01/7 a 30/11	99	32	131
2ª Vara Penal de Icoaraci	01/7 a 30/11	17	24	41
2ª Vara Cível Ananindeua	01 a 30/11	542	431	973
4ª Vara Cível Ananindeua	01 a 30/11	17	166	183
TOTAL de 2010		6.894	4.062	10.956
Total de 2009		21.503	33.742	55.245
Total Geral		28.397	37.804	66.201

ATIVIDADES CEJAI - 2009 / 2010



CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Como peculiaridade regional e em virtude de sua dimensão territorial, o Pará apresenta, a exemplo da Bahia, uma Corregedoria para tratar das comarcas do interior do Estado.

O Desembargador Corregedor das Comarcas do Interior do Estado tem a responsabilidade, num mandato de dois anos - e com o auxílio de 2 Juízes Corregedores - de ter funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, por todas as questões referentes ao primeiro grau, envolvendo as Comarcas do Interior do Pará.

O Corregedor também tem a responsabilidade de realizar a correição geral ordinária sem prejuízo das extraordinárias que precisem ser feitas, apreciando os relatórios dos juízes de direito e aplicar as medidas cabíveis em caso de equívocos na condução do trabalho.

Ao todo, são 102 comarcas atendidas pela Corregedoria. A Corregedora das Comarcas do Interior do Pará, neste período, foi a Desembargadora Maria Rita Lima Xavier.

COMPOSIÇÃO

GABINETE DA DESEMBARGADORA CORREGEDORA:

- Corregedora: Desa.** Maria Rita Lima Xavier
- Chefe De Gabinete:** Rosângela de Castro Conte Laranjeira
- Assessora Técnica Administrativa:** Teodora Teles Menezes
- Auxiliar Judiciário:** Carlos Roberto Guimarães Pinheiro

GABINETES DOS JUÍZES CORREGEDORES:

- Juízes Corregedores:** Cristiano Arantes e Silva e José Torquato Araújo de Alencar
- Assessor do Jurídico:** Alex do Carmo Sales Martha
- Analistas Judiciários:** Alessandra Ormanes Tamer, Francisco de Assis de Amorim Fiúza e José Maria Pereira Guimarães

ASSESSORIA JURÍDICA DA CORREGEDORIA:

- Adrienne Mecedo Alvarenga
- Aline Adma Gil Ferreira Boaventura
- Ana Fátima de Almeida Maia
- Eliana Maria de Oliveira Gemaque
- Elias Salomão Abufaiad Neto
- Liandro Moreira da Cunha Faro
- Jane Ramôa Jordy
- Jane Vieira Alcântara Neves
- Michell Bruno Batista de Castro
- Rosemary Ferreira da Silva

SECRETARIA DA CORREGEDORIA:

- Diretora de Secretaria: Paola Watrin Pimenta Menescal
- Auxiliares Judiciários: Daniel dos Reis Affonso e Tatyane Cristina Garcia da Silva
- Atendente Judiciário: Simone Moreira de Almeida
- Oficial de Justiça: José Ricardo Matos dos Santos

DIVISÃO JUDICIÁRIA:

- Chefe da Divisão:** Jorgina Ascensão da Costa Teles
- Chefe da Seção de Registro das Atividades Judiciais:** Jacivaldo Benedito Pires do Amaral

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

- Chefe da Divisão:** Luiz Antônio dos Santos Angelim
- Chefe da Seção de Protocolo, Documentação e Arquivo:** Augusto Nazareno Gonçalves da Silva Júnior

ATUAÇÃO

TOTAL DE COMARCAS NO INTERIOR: **102**
 TOTAL DE TERMOS JUDICIÁRIOS: **06**
 TOTAL DE VARAS AGRÁRIAS : **05**
 TOTAL DE COMARCAS DE 1ª ENTRÂNCIA: **64**
 TOTAL DE VARAS DE 1ª ENTRÂNCIA: **64**
 TOTAL DE COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA: **39**
 TOTAL DE VARAS DE 2ª ENTRÂNCIA: **86**
 TOTAL DE JUIZADOS ESPECIAIS: **26**
 TOTAL DE JUÍZES DE 1ª ENTRÂNCIA: **46**
 TOTAL DE JUÍZES DE 2ª ENTRÂNCIA: **76**
 TOTAL DE JUÍZES REGIONAIS: **54**

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

INFORMAÇÕES GERAIS

- Portarias instaurando Procedimentos Administrativos Disciplinares: **15**
- Sindicâncias Instauradas: **28**
- Representações oferecidas perante o Conselho da Magistratura: --
- Procedimentos de Apuração Preliminar instaurados: **40**
- Processos Administrativos Disciplinares decididos: **25**
- Sindicâncias decididas: **29**
- Portarias aplicando penalidades: **07**

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GABINETE DO DR. JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR - JUIZ CORREGEDOR

CLASSE	QUANTIDADE
Correições realizadas Provimento n. 004/2001-CJCI	020
Mutirões (Cumprimento da Meta 02 do CNJ)	001
Avaliações de Juízes Vitaliciandos Provimento Conjunto n. 001/2003	026
Análises de Correições remetidas pelos Juízes de Direito Provimento n. 004/2001-CJCI	027
Procedimentos de Apurações Preliminares - CNJ Resolução n.º 30/2007 - CNJ	006
Análises de Relatórios de visitas carcerárias Resolução n.º 47/2007 - CNJ	047
Consultas e Pedidos de Orientações	018
Devolução dos Relatórios Únicos Mensais (não preenchidos os requisitos dos Provimentos ns. 001/2008-CJCI e 013/2009-CJCI)	016
Manifestações em Pedidos de providências	034
Análises dos Relatórios Únicos Mensais (Produtividade de Juízes) Provimento ns. 001/2008-CJCI e 013/2009-CJCI	546
Avaliações de Magistrados em Promoções e remoções	003
Outros	312
TOTAL	1056
Ofícios expedidos Em nome da Corregedora	612
Em nome do Juiz Auxiliar	444

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GABINETE DO DR. CRISTIANO ARANTES E SILVA - JUIZ CORREGEDOR

CLASSE	QUANTIDADE
Correições realizadas Provimento n. 004/2001-CJCI	009
Mutirões (Cumprimento da Meta 02 do CNJ)	004
Avaliações de Juízes Vitaliciandos Provimento Conjunto n. 001/2003	024
Análises de Correições remetidas pelos Juízes de Direito Provimento n. 004/2001-CJCI	034

Procedimentos de Apurações Preliminares - CNJ Resolução n.º 30/2007 - CNJ	028
Análises de Relatórios de visitas carcerárias Resolução n.º 47/2007 - CNJ	071
Consultas e Pedidos de Orientações	022
Análises dos Relatórios Únicos Mensais (Produtividade dos Juízes) Provimentos ns. 001/2008-CJCI e 013/2009-CJCI	749
Devolução dos Relatórios Únicos Mensais (não preenchidos os requisitos dos Provimentos n.º. 001/2008-CJCI e 013/2009-CJCI)	032
Análises das Justificativas para o não alcance da produtividade mínima ou acerca da situação processual dos presos Resolução n.º 006/2004 - GP	038
Autorizações (ou não) de Transferências e Recambiamentos de presos - Provimento n. 008/2008-CJCI	425
Manifestações em Pedidos de providências	045
Avaliações de Magistrados em Promoções e remoções	003
Manifestações em expedientes comunicando fugas de presos	013
Manifestações em expedientes comunicando Interdições de Delegacias de Polícia	010
Oficinas realizadas no Projeto de Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotinas (Meta 05 do CNJ)	02
Outros	451
TOTAL	1960
Ofícios expedidos Em nome da Corregedora	1168
Em nome do Juiz Auxiliar	732

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Tendo em vista que as atividades da Assessoria Jurídica estão disciplinadas no artigo 17, incisos de I a VIII, do Regimento Interno desta Corregedoria - as quais tratam, basicamente, em: elaborar estudos, realizar pesquisas e pareceres jurídicos sobre matéria sujeita à consideração da Exma. Desa. Corregedora; elaborar minutas de atos que se fizerem necessários para o desenvolvimento de trabalhos abrangidos por jurisdição desta Corregedoria; auxiliar a Corregedora e Juízes Corregedores nas Correições, Inspeções, Mutirões, levantamentos e visitas nas Comarcas - faz-se mister a apresentação da estatística abaixo relacionada:

CLASSE	QUANTIDADE
Consulta	52
Desbloqueio de matrícula	41
Elaboração de termo de declaração	52
Pedido de providências	238
Processo administrativo disciplinar	28
Promoção	26
Remoção	08
Reclamação	19
Representação	21
Sindicância	26
Expedientes referentes aos serviços extrajudiciais	42
Pedidos Diversos (Prorrogação de prazo, Análise de Portarias expedidas pelas Comarcas do Interior, etc.)	221
TOTAL	774

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA JUDICIAL

Tramitação de Expedientes:

CLASSE	QUANTIDADE
Expedientes recebidos do protocolo	5946
Procedimentos remetidos com conclusão a Desembargadora Corregedora	3.344
Procedimentos remetidos aos Juízes Corregedores (Dr. Cristiano Arantes e Silva e José Torquato Araújo de Alencar)	2.410
Remetidos à Assessoria Jurídica	721
Remetidos a Divisão Judiciária	2.402
Remetidos a Presidência do TJE	91
Remetidos a Divisão Administrativa	2.928
Remetidos ao Setor de Arquivo	3.137
Remetidos à CJRMB	138
Remetidos a destinos diversos (Serv. dos Magistrados, Secretaria Judiciária, Conselho da Magistratura, etc.)	141
Remetidos a Comarcas do Interior	123
Remetidos ao Serviço de Registro das Atividades Judiciais	514
Processos de Promoção Recebidos	06
Processos de Remoção Recebidos	13

Matérias remetidas para publicação:

CLASSE	QUANTIDADE
Resenha	133
Portarias	135
Portarias instaurando PAD	15
Portarias instaurando sindicâncias	28
Portarias instaurando Procedimentos de Apuração Preliminar	40
Portarias aplicando penalidades	07
Avisos	04
Editais	09
Provimentos CJCI	05
Instruções CJCI	02
Notas Informativas	19

Procedimentos em tramitação na CJCI:

- Aguardando informações com ofícios expedidos em processos ajuizados em:

ANO	QUANTIDADE
2006 e anteriores	69
2007	28
2008	180
2009	220

- Aguardando trânsito em julgado: **05**
- Ofícios Circulares expedidos e disponibilizados no Portal eletrônico do TJE/Pa, segundo Portaria 02/2009-CJCI: **165**

d) Ofícios Circulares expedidos:

- Foram expedidos 165 ofícios circulares remetidos aos Juízes de Direito das Comarcas do Interior, merecendo destaque:
 - Ofício Circular 001/2010-CJCI - Versa sobre a atualização dos formulários dos cartórios extrajudiciais;
 - Ofício Circular 027/2010-CJCI - Veda a prática de manutenção de autos em cartório aguardando o retorno do Juiz Titular;
 - Ofício Circular 074/2010-CJCI - Determina que os magistrados devem informar anualmente se exercem o magistério;
 - Ofício Circular 079/2010-CJCI - Encaminha novo modelo de Relatório de Produtividade;
 - Ofício Circular 103/2010-CJCI - Encaminha formulário do CNJ de diagnóstico dos Cartórios de Registro de Imóveis;
 - Ofício Circular 104/2010-CJCI - Encaminha ofício do Conselho Nacional de Justiça para que Juízo se manifeste sobre a relação de presos que seguiu anexa;

- Ofício Circular 118/2010-CJCI - Encaminha quatro DVDs de Curso de Gestão Judiciário, produzido pela CJCI;
- Ofício Circular 128/2010-CJCI - Determina que seja encaminhada a esta CJCI relação de terras rurais adquiridas por estrangeiros;
- Ofício Circular 132/2010-CJCI - Determina que seja encaminhado a esta Corregedoria de Justiça pelos Cartórios de Registro de Imóveis, relatório relativo ao cancelamento de matrículas determinado por decisão do CNJ e pelo Provimento 002/2010-CJCI;
- Ofício Circular 133/2010-CJCI - Encaminha cópia da decisão proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça;
- Ofício Circular 137/2010-CJCI - Determina o levantamento de todas as armas e munições sob a custódia da unidade judiciária;
- Ofício Circular 161/2010-CJCI - Requisita informações sobre o quantitativo de ações de improbidade administrativa, a fim de subsidiar a criação de novo sistema de controle pelo CNJ;
- Ofício Circular 162/2010-CJCI - Encaminha expediente da Ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, que consulta sobre magistrados que participam de algum projeto do CNJ.

Produtividade Contabilizada dos Magistrados

CLASSE	QUANTIDADE
Sentenças	64.978
Decisões Interlocutórias	154.819
Despachos	29.725
Audiências Realizadas	42.734



Cópias de Decisões Proferidas pela Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, Arquivadas pela Divisão Judiciária

CLASSE	QUANTIDADE
Bloqueio e desbloqueio de matrícula	37
Consultas	39
Diversas	125
Denúncias	02
Diversas de cartórios	45
Pedido de providências	273
Proceso administrativo	33
Prorrogação de prazo de pad	16
Procedimento de apuração preliminar	33
Promoção de magistrados	16
Prorrogação de prazo de sindicância	03
Reclamação	12
Representação	20
Remoção de magistrados	06
Recurso administrativo	08
Sindicância	32
Transferência de presos	33
Total	733

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE REGISTRO DAS ATIVIDADES JUDICIAIS

- Gerenciamento dos sistemas no Portal do Conselho Nacional de Justiça: CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CIVIS POR ATO DE IMPROPRIDADE ADMINISTRATIVA, CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS, SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS, SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES, CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO - CNA, SERVENTIAS JUDICIAIS DE 1º GRAU E SERVENTIA EXTRAJUDICIAIS.
 - Recebimento das Intimações Eletrônicas do Conselho Nacional de Justiça (E-CNJ- Sistemas de Processo Eletrônico) e encaminhamento para o protocolo desse Órgão Correccional;
 - Acesso diário ao e-mail funcional (corregedoria.interiordj@tjpa.jus.br);
 - Atualização e organização do portal da Corregedoria das Comarcas do Interior inserindo Provimento, Instrução e Ofício Circular;
 - Comunicação para os magistrados através dos Ofícios Circulares 86 e 139/2009-CJCI, para dar ciência os cartórios atualizar a quantidade de atos praticados e arrecadados das serventias extrajudiciais no portal do CNJ;

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa da Corregedoria Geral é o setor responsável pela coordenação e supervisão administrativa dos serviços que lhe são afetos, e compreende o Setor de Controle dos Serviços Auxiliares e a Seção de Protocolo, Documentação e Arquivo, nos termos do art. 27 do Regimento Interno deste Órgão Correicional.

CLASSE	QUANTIDADE
Avisos expedidos	04
Memorandos expedidos	14
Ofícios circulares expedidos	166
Ofícios expedidos	5498
Portarias expedidas	135
Resenhas expedidas	133
Requisições de material de consumo	083
Total	6033

AÇÕES JUNTO ÀS COMARCAS DO INTERIOR

CORREIÇÕES EM 30 (TRINTA) COMARCAS E 01 TERMO JUDICIÁRIO:

Almeirim, Breu Branco, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Curalinho, Faro, Goianésia do Pará, Gurupá, Inhangapí, Jacareacanga, Juruti, Muaná, Novo Progresso, Novo Repartimento, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Rurópolis, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, São Sebastião da Boa Vista, Terra Santa, Tucumã, Tucuruí.

- Destaque às Audiências Públicas realizadas a partir de recomendações do Conselho Nacional de Justiça com a participação de Autoridades locais e sociedade civil, realizando ainda visitas carcerárias e em abrigos;
- O objetivo principal nas audiências públicas é o célere atendimento aos processos reclamados, pois os mesmos são avocados e após análise são despachados no período da correição;
- Nas visitas carcerárias realizadas com o Magistrado responsável pelos processos criminais, são ouvidos alguns presos e elaborados relatórios com encaminhamentos para as autoridades competentes;
- Nos abrigos os objetivos são idênticos. A inspeção detecta na maioria das vezes situações que propiciam maior permanência de crianças e adolescentes. As orientações são repassadas sempre visando à aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Ao serem finalizadas as correições, as decisões da Exma. Corregedora de Justiça são publicadas no Diário da Justiça, estando ainda disponíveis em nosso link os Editais de

Correições, Instruções, Provimentos, Produtividade dos Juizes e Ofícios Circulares.

PROGRAMA EMERGENCIAL DA META 2 PARA ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

Objetivo: Auxiliar as Comarcas do Interior no cumprimento da Meta 2 através da execução do cronograma de Mutirão, priorizando inicialmente as comarcas com mais de 1.000 processos informados pelo respectivo Diretor de Secretaria;

Procedimento: Foram mobilizados 05 Juizes e 20 servidores dos quais apenas 09 são do quadro da Corregedoria sendo os demais remanejados de outros setores.

COMARCA/PERÍODO	QUANTIDADE
2ª VARA DE SANTA IZABEL DO PARÁ (25 a 29/01/2010)	Processos Analisados: 191 Sentenças: 166 Despachos: 25
DOM ELISEU (19 a 23/04/2010)	Processos Analisados: 1.154 Sentenças: 272 Despachos: 882
ALMERIM (24 a 28/05/2010)	Processos Analisados: 374 Sentenças: 283 Despachos: 91
SÃO FÉLIX DO XINGU (17/05 a 02/06/2010)	Processos Analisados 2.626 Sentenças: 107 Decisões interlocutórias: 662 Processos arquivados: 435 Processos devolvidos para continuidade na tramitação: 671 Processo c/ trâmite interno: 454 Cadastramento: 282 Of. Mandados e juntadas: 15
NOVO PROGRESSO (29/11 a 03/12/2010)	Processos Analisados: 142 Sentenças: 42 Decisões interlocutórias: 03 Despachos: 97
ALENQUER (06 a 10/12/2010)	Processos Analisados: 824 Sentenças: 547 Decisões interlocutórias: 187 Processos arquivados, devolvidos para dar continuidade na tramitação: 90
TOTAL	Processos Analisados: 5311 Sentenças: 1417 Decisões interlocutórias: 852 Trâmites: 2291 Despachos: 736 Internos/Cadastramento: 736 Confecção de Ofícios, mandados e juntadas: 15

ATOS EDITADOS

PROVIMENTOS

Provimento nº 001 - dispõe sobre prioridade na tramitação de processo criminal envolvendo vítimas crianças e adolescentes (inserido em 14/06/2010);

Provimento nº 002 - Dispõe sobre o cancelamento de matrículas de imóveis rurais nos Cartórios de Registro de Imóveis do Interior do Estado do Pará (inserido em 25/08/2010)

Provimento nº 003 - Dispõe sobre a conclusão de processos em gabinete (inserido em 03/09/2010);

Provimento nº 004 - Dispõe sobre o cancelamento de matrículas nos Cartórios de Registro de Imóveis no município de Vitória do Xingu e nas Comarcas de Altamira, Brasil Novo, Senador José Porfírio e São Félix do Xingu (inserido em 30/09/2010);

Provimento nº 005 - Determina a abertura de conta corrente para depósitos judiciais nas comarcas onde não exista agência do Banco do Estado do Pará (inserido em 30/09/2010).

INSTRUÇÕES

Instrução nº 001 - Recomenda aos Magistrados a observância do prazo para informações em HC (inserido em 06/08/10);

Instrução nº 002 - Estabelece Normas Complementares ao Procedimento de Cancelamento de Matrícula.

PROVIMENTOS CONJUNTOS COM A CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Provimento Conjunto nº 001 - Regulamenta o artigo 8º, parágrafos 5º e 6º, da Portaria Conjunta nº 001/2009-GP-CRMB-CCI, publicada no Diário da Justiça nº 4324, de 28.04.09, com a redação dada pela Portaria Conjunta nº 002/2009-GP-CRMB-CCI, publicada no Diário da Justiça nº 4441;

Provimento Conjunto nº 002 - Regulamenta o recebimento de comunicações de Indisponibilidade de Bens;

Provimento Conjunto nº 003 - Inclui notas de esclarecimento na tabela de emolumentos dos serviços extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, adequando-a a Lei nº 11.977/2009, a qual regulamenta o plano do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida" e dá outras providências;

Provimento Conjunto nº 004 - Institui a obrigatoriedade da utilização do Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados (SISPE) (inserido em 19/08/10);

Provimento Conjunto nº 005 - Estabelece obrigatoriedade do cadastramento do CPF e/ou CNPJ das partes, além do endereço completo, inclusive o CEP, nos Sistemas de Gestão de Processos Judiciais SAP XXI e LIBRA;

Provimento Conjunto nº 006 - Estabelece a possibilidade de redistribuição direcionada de feitos cíveis e criminais, na hipótese de existência de despachos judiciais nesse sentido.

55º ENCONTRO DO COLÉGIO DOS CORREGEDORES GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL



COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Durante o biênio 2009/2010, a Coordenadoria dos Juizados Especiais deu continuidade a projetos de aprimoramento e modernização dos Juizados Especiais do Estado, através das atividades abaixo discriminadas.

ATIVIDADES DE EXPEDIENTE

QUANTIDADE	ANO DE 2009	ANO DE 2010
Ofícios Expedidos	883	1113
Ofícios Circulares	27	36
Portarias	449	393
Processos Redistribuídos	21	210
Remessa de Petições Recebidas no Protocolo Geral às Varas de Juizado Especial.	37	70
Pedidos de Providência Recebidos	64	21
Pedidos de Providência decididos e arquivados	56*	19***
Pedidos de Providência remetidos à Corregedoria de Justiça Competente	19**	02
Total de Decisões Proferidas em Pedidos de Providência	75	21

*Sendo 01 pedido de providência recebido em 2007.

** Sendo 03 pedidos de providência recebidos em 2008.

*** Sendo 03 Pedidos de Providência recebidos em 2009.

ATIVIDADES DE GESTÃO

Ano de 2009

- Realizadas duas reuniões, uma em 22 de janeiro e outra em 19 de fevereiro, com os representantes da Coordenadoria de Estatística, da Assessoria Técnica Administrativa da Secretaria de Informática e os Diretores de Secretaria das Varas de Juizado Especial e dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém, para tratar sobre questões relativas aos dados.
- Participação na Reunião com Presidente do TJEPa e Juizes da Região Metropolitana de Belém em 14 de março de 2009, e idêntica reunião realizada na Comarca de Santarém com os Juizes das Comarcas da região oeste do Pará em 09 de maio de 2009.
- Participação da Coordenadora no XXV e XXVI encontros do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE, realizados respectivamente em São Luiz/MA, no período de 27 a 29 de maio, e em Fortaleza/CE, no período de 25 a 27 de novembro do ano em curso.
- Participação no Encontro da Magistratura Paraense no período de 24 a 25 de setembro de 2009.
- Indicação à Presidência do TJE/PA das 11 (onze) Varas de Juizado Especial que teriam a imediata nomeação de assessores nos termos da lei nº Lei Estadual no. 7.321, de 23/10/2009.
- Projeto e realização de Mutirão na 1ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo no Período de 24/04/2009 a 04/12/2009.

RELATÓRIO DO MUTIRÃO REALIZADO NA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

	JUIZ CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA	JUÍZA MANUELA DA CUNHA GOMES	JUIZ NEWTON CARNEIRO PRIMO	JUÍZA CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA	TOTAL
Sentenças em Gabinete	308	257	268	130	963
Sentenças em Audiência	248	287	472	216	1.223
TOTAL DE SENTENÇAS	556	544	740	346	2.186
Decisões Interlocutórias	108	21	27	09	165
Despachos	603	517	604	144	1.868
Audiências	353	487	676	328	1.844

- Instalação em 03 de setembro de 2009, do Sistema PROJUDI na 1ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo.
- Projeto e início de mutirão em 03 de novembro de 2009, na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso.

RELATÓRIO DO MUTIRÃO NA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO IDOSO ATÉ DEZEMBRO/2009

	JUÍZA CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA
Sentenças "tipo a" proferidas	50
Sentenças "Tipo B" Proferidas	02
Sentenças "tipo c" proferidas	04
Total de sentenças	56
Decisões interlocutórias	01
Despachos	42
TOTAL DE PROCESSOS	99

- Instalação da Vara do Juizado Especial Cível de Marabá em 27/09/2009.
- Participação de 06 a 07 de novembro de 2009, juntamente com os demais Magistrados do Estado da reunião para traçar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para os próximos cinco anos.
- Instalação do Sistema PROJUDI no dia 11 de dezembro de 2009, na Vara do Juizado Especial de Acidentes de Trânsito.

Ano de 2010

• Realização de mutirão de Sentenças na 3ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo no período de 19 de janeiro a 27 de agosto de 2010.

PROCESSOS	JUÍZA CAROLINA C. DE MIRANDA	JUÍZA RENATA G. MILHOMEM DE MIRANDA	TOTAL
Recebidos	138	515	653
Sentenciados	90	494	584

• Realização de Mutirão de sentenças na 2ª Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo em andamento desde iniciado em 19 de agosto de 2010.

TOTALIZAÇÃO PARCIAL - Até 15 de dezembro de 2010

PROCESSOS	JUÍZA RENATA G. MILHOMEM DE MIRANDA
Recebidos	269
Sentenciados	184

• Constituição, em 11 de agosto de 2010, de "Força Tarefa" composta por 02 (duas) Turmas Recursais Provisórias constituídas desde 11 de agosto de 2010, com o escopo de julgar os recursos não eletrônicos em andamento no âmbito das Turmas Recursais para, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça para julgar os recursos pendentes de decisão há mais de 100 (cem) dias.

• A expansão do Sistema PROJUDI para as seguintes Varas de Juizados Especiais / Juizados Especiais:



VARA DE JUIZADO ESPECIAL / JUIZADO ESPECIAL COM INSTALAÇÃO DO PROJUDI - RMB

VARA DE JUIZADO ESPECIAL JUIZADO ESPECIAL	DATA DE INSTALAÇÃO DO PROJUDI	PORTARIA
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO IDOSO	08/04/2010	RESOLUÇÃO N.º 007/2010-GP, 07/04/2010
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO IDOSO	08/04/2010	RESOLUÇÃO N.º 007/2010-GP, 07/04/2010
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	24/11/2010	PORT. 2816/2010-GP, 23/11/2010
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	24/11/2010	PORT. 2821/2010-GP, 23/11/2010
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	24/11/2010	PORT. 2817/2010-GP, 23/11/2010
VARA DO JE CÍVEL DE ICOARACI	17/11/2010	PORT. 2705/2010-GP, 15/11/2010
VARA DO JE CÍVEL E CRIMINAL DE MOSQUEIRO	04/11/2010	PORT. 2589/2010-GP, 03/11/2010
2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	10/08/2010	PORT. 1881/2010-GP, 09/08/2010
3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	30/09/2010	PORT. 2220/2010-GP, 23/09/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARITUBA	06/07/2010	PORT. 1591/2010-GP, 30/06/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTA BÁRBARA	06/07/2010	PORT. 1591/2010-GP, 30/06/2010



VARA DE JUIZADO ESPECIAL / JUIZADO ESPECIAL COM INSTALAÇÃO DO PROJUDI - INTERIOR

VARA DE JUIZADO ESPECIAL JUIZADO ESPECIAL	DATA DE INSTALAÇÃO DO PROJUDI	PORTARIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ABAETETUBA	16/07/2010	PORT. 1700/2010-GP, 14/07/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ALTAMIRA	17/03/2010	PORT. 2135/2010-GP, 09/09/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRAGANÇA	16/07/2010	PORT. 1700/2010-GP, 14/07/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BREVES	10/08/2010	PORT. 1880/2010-GP, 09/08/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CASTANHAL	06/07/2010	PORT. 1592/2010-GP, 30/06/2010
JUIZADO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	03/09/2010	PORT. 2084/2010-GP, 01/09/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ITAITUBA	10/08/2010	PORT. 1880/2010-GP, 09/08/2010
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MARABÁ	09/03/2010	PORT. 0508/2010-GP, 05/03/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE REDENÇÃO	10/08/2010	PORT. 1881/2010-GP, 09/08/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SALINÓPOLIS	16/07/2010	PORT. 1700/2010-GP, 14/07/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM/FIT	04/05/2010	PORT. 0890/2010-GP, 28/04/2010
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM/ULBRA	04/05/2010	PORT. 0890/2010-GP, 28/04/2010
JUIZADO ESPECIAL RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM/UFPA	04/05/2010	PORT. 0890/2010-GP, 28/04/2010

- Implantação do Sistema LIBRA nas seguintes Varas de Juizados Especiais / Juizados Especiais: Vara do Juizado Especial Criminal de Icoaraci, Juizado Especial Criminal de Marituba, Varas de Juizados Especiais Criminais de Belém e Vara do Juizado Especial Criminal de Mosqueiro.
- Confecção da Ordem de Serviço n.º 001/2010-CJE, datada de 21 de outubro de 2010, publicada no DJE n.º 4670/2010, dia 26 de outubro de 2010, a qual dispõe sobre o preceituando na Portaria n.º 2042/2010-GP de 31/08/2010, art. 7º, e parágrafo único, concernente ao registro de frequência dos senhores(as) Oficiais de Justiça, bem como a Ordem de Serviço Conjunta n.º 001/DFC/2010, de 17 de setembro de 2010, da Direção do Fórum Cível e Direção do Fórum Criminal da Comarca de Belém.
- Confecção de CD COM toda legislação e demais informações referentes às Varas dos Juizados Especiais e Juizados Especiais do Estado do Pará, remetido ao Fórum Nacional de Juizados Especiais – FONAJE.
- Solicitação, por meio do ofício n.º 92/2010-CJE, datado de 18 de fevereiro de 2010, de avaliação da estrutura física, hidráulica e elétrica de todas as Varas de Juizados Especiais / Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém junto ao Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, para viabilização das reformas necessárias.
- Instalação, na Capital, da 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso em 08/04/2010, e no interior, instalação na Comarca de Santarém, no dia 02/12/2010 da Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo, da Vara do Juizado Especial Cível e Vara do Juizado Especial Criminal.

ATIVIDADES DO PROGRAMA JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTES**Ano de 2009**

- Na Região Metropolitana: 13 (treze) operações, com o processamento e julgamento de 341 (trezentos e quarenta e uma) ações e 551 pessoas atendidas.
- No Interior: 01 (uma) Operação Realizada em Parceria com a Marinha do Brasil através do Projeto "Chance Para Todos XXII" que esteve presente no período de 14 a 27 de julho do ano em curso nos Municípios de Curalinho, Portel, Gurupá e Breves, com o processamento e julgamento de 243 (duzentas e quarenta e três) ações, e atendimento de 244 (duzentas e quarenta e quatro) pessoas.

Ano de 2010

- Na Região Metropolitana: (05) Operações, com o processamento e julgamento de 239 (duzentas e trinta e nove) ações e atendimento de 4.163 (quatro mil, cento e sessenta e três) pessoas
- No Interior: 01 (uma) Operação, em parceria com a Marinha do Brasil – Programa "Chance Para Todos XXVI", que esteve presente nos Municípios de Porto de Moz, Afuá e Chaves, com o processamento e julgamento de 152 (cento e cinquenta e duas) ações e atendimento de 246 (duzentas e quarenta e seis) pessoas
- Encaminhamento dos 4.105 (quatro mil cento e cinco) Processos de 2002/2010, o Programa "Justiça e Juizado Especial Itinerante" que se encontravam na Coordenadoria dos Juizados Especiais para arquivamento nas respectivas Comarcas do Interior (total de 1790 processos) e Fórum da Capital (total de 2315 processos).

OUTRAS ATIVIDADES

Ano de 2009

• Coordenação da Semana Nacional Pela Conciliação – META 02 do TJE/PA, realizada no período de 14 a 18 de setembro de 2009.

Tabela 1

**Semana de Conciliação – Meta 2 : Resultado Geral
(1º Grau/2º Grau e Juizados Especiais) Cível/Criminal**

Itens	Capital	Interior	Total
Audiências Designadas	902	2.654	3.556
Audiências Realizadas	412	1.845	2.257
Acordos/Sentenças Homologatórias	115	623	738
Nº de Pessoas Atendidas	797	2.595	3.392

Fonte: Semana de Conciliação – Meta 2 – TJPA

Tabela 2

Semana de Conciliação – Meta 2 : Resultado Geral (1º Grau/Juizados Especiais/2º Grau) - Cível

Itens	Capital	Interior	Total
Audiências Designadas	818	2.239	3.057
Audiências Realizadas	367	1.553	1.920
Acordos/Sentenças Homologatórias	110	387	497
Nº de Pessoas Atendidas	730	1.967	2.697

Fonte: Semana de Conciliação – Meta 2 - TJPA

Tabela 3

Semana de Conciliação – Meta 2 : Resultado Geral (1º Grau/Juizados Especiais/2º Grau) - Criminal

Itens	Capital	Interior	Total
Audiências Designadas	84	415	499
Audiências Realizadas	45	292	337
Acordos/Sentenças Homologatórias	5	236	241
Nº de Pessoas Atendidas	57	628	685

Fonte: Semana de Conciliação – Meta 2 - TJPA

• Coordenação da Semana da Criança do TJE/PA, realizada no período de 13 a 17 de outubro de 2009, cujo encerramento foi marcado pelo evento “Criança Cidadã, Juventude Participativa – Brasil Melhor”, ocorrido na Praça Batista Campos, e contou com a participação do “Programa Justiça e Juizado Especial Itinerante” e dos seguintes órgãos convidados: Ministério Público do Estado, Defensoria Pública do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Belém, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH/PA, Secretaria de Estado de Segurança Pública –SEGUP/PA, Secretaria de Estado de Saúde - SESPA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/PA, Instituto Embezeze, Varas de Infância e Juventude da Capital, Serviço Médico e Odontológico do TJE/PA, além de diversas apresentações voltadas ao público infantojuvenil.

**RELATÓRIO DO EVENTO “DIA DA CRIANÇA CIDADÃ
JUVENTUDE PARTICIPATIVA, BRASIL MELHOR”**

BOLETIM ESTATÍSTICO DA JUSTIÇA JUIZADO ESPECIAL ITINERANTES	
IDENTIFICAÇÃO: PROJETO “DIA DA CRIANÇA CIDADÃ – JUVENTUDE PARTICIPATIVA, BRASIL MELHOR”	
JUIZES: DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA, DR. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, DRA. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA E DR. FRANSKRAN NUNES GOMES	
COMARCA: BELÉM-PA DATA: 17 DE OUTUBRO DE 2009 EXPEDIENTE: 08 h às 17:00h LOCAL: PRAÇA BATISTA CAMPOS	
“PROGRAMA JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTES” – TJE/PA	QUANTIDADE
Ação de Registro de Nascimento Fora do Prazo	05
Ação de Retificação de Registro Civil de Nascimento	02
Ação de Reconhecimento de Paternidade	00
Arquivamento	00
Total de Ações	07
1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - TJE	QUANTIDADE
JUIZES: DR. DR. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, DRA. ODETE DA SILVA CARVALHO, DR. CLÁUDIO VON-LORMAN CRUZ	
Orientações jurídicas, consultas, autorização de viagem nacional	50
Atividades lúdicas, pinturas, colagens e distribuição de material informativo	250
Total de Atendimentos	300
MINISTÉRIO PÚBLICO E A COMUNIDADE – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	QUANTIDADE
Total de Manifestações	07
Reconhecimento Voluntário de Paternidade, Orientações (divórcio, guarda, tutela e retificação)	63
Total de Ações	70
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ-TRE/PA	QUANTIDADE
Expedição de título de eleitor	217
Transferência de Domicílio Eleitoral	00
Revisão de Dados	00
Expedição de segundas via	00
Total de Atendimentos	217

PROGRAMA "ELEITOR DO FUTURO" – TSE /TRE-PA	QUANTIDADE
Atividades de conscientização Política e Cidadã de Crianças e Adolescentes	180
Total de Atendimentos	180
DEFENSORIA PÚBLICA - NAECA	QUANTIDADE
Atendimentos, orientações jurídicas e ajuizamento de ações	235
Total de Atendimentos	235
CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO	
Emissão de 1ª. via de certidão de nascimento	82
Total de atendimentos	82
POLÍCIA FEDERAL – STAND DE EXPOSIÇÕES	
Exposição das atividades desenvolvidas, conscientização e demonstrações ao público	*
Total de atendimentos	*
POLÍCIA CIVIL – INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
Emissão de Carteira de Identidade	460
Total de atendimentos	460
POLÍCIA CIVIL – STAND DE EXPOSIÇÕES	
Exposição das atividades desenvolvidas, conscientização e demonstrações ao público	*
Total de atendimentos	*
SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH	
Emissão de Carteira de Trabalho – CTPS	148
Total de atendimentos	148
FAEPA / SENAR	
Emissão de Carteira de Trabalho	196
Total de atendimentos	196
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ - SESPA	
Atendimentos clínicos	98
Atendimentos odontológicos	104
Total de atendimentos	202
SESPA (NÍVEL CENTRAL) – DEPARTAMENTO DE IMUNIZAÇÃO	
Vacinas (febre amarela, tríplice viral, vacina contra tétano)	37
Total de atendimentos	37
SALÃO DE BELEZA V. LHENA HAIR	
Tererê, maquiagem, manicure e corte de cabelo	580
Total de atendimentos	580
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS:	2.714

Fonte: Coordenadoria dos Juizados Especiais

*Dado não aferido.

• Coordenação da Semana Nacional da Conciliação do TJE/PA, no período de 07 a 11 de dezembro de 2009, que contou com a participação de 87 (oitenta e sete) Comarcas, e na Capital teve seu encerramento marcado pelo evento "Justiça e Cidadania", voltado ao público em geral, realizado na Praça Batista Campos no dia 12 de dezembro/2009, e contou com a presença do Programa "Justiça e Juizado Especial Itinerante" do TJE/PA, e a colaboração dos seguintes órgãos convidados: Ministério Público do Estado, Defensoria Pública (que além de atendimento jurídico também foi responsável pela emissão de Cadastro de Pessoa Física -CPF e Carteira de Identidade), Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Belém, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/PA.

RESUMO DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO – 07 A 11/12/2009

ITENS	07/12/09	08/12/09	09/12/09	10/12/09	11/12/09	TOTAL
Audiências Designadas	1.457	1.475	1.356	1.366	1.496	7.150
Audiências Realizadas	740	1.147	1.045	1.102	1.140	5.174
% Audiências Realizadas	50,7%	77,8%	77,1%	80,2%	76,2%	72,4%
Acordos/Sentenças Homologatórias	226	436	371	352	520	1.905
% Acordos/Sentenças Homologatórias	30,5%	38,0%	35,5%	31,9%	45,6%	36,8%
Nº de Pessoas Atendidas	1.139	837	1.885	2.008	1.988	7.857
Valores Homologados (R\$)	163.542,61	828.963,68	266.205,59	2.135.079,74	1.589.856,32	4.983.647,94

Fonte: Movimento pela Conciliação/TJPA

Tabulação: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN/TJPA



RELATÓRIO DO EVENTO "DIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA - 2009"

BOLETIM ESTATÍSTICO DA JUSTIÇA E JUIZADO ITINERANTE	
IDENTIFICAÇÃO: PROJETO "DIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA" PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO - TJE	
JUIZES: DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA, DRA. BÁRBARA OLIVEIRA MOREIRA, DRA. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA E DR. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES.	
COMARCA: BELÉM-PA DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2009 EXPEDIENTE: 08 h às 17:00h LOCAL: PRAÇA BATISTA CAMPOS	
"PROGRAMA JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTES" - TJE/PA	QUANTIDADE
Ação de Registro Civil de Nascimento Fora do Prazo	04
Ação de Retificação de Registro Civil de Nascimento	20
Ação de Retificação de Registro de Óbito	04
Ação de Retificação de Registro Civil de Casamento	01
Ação de Cancelamento de Registro Civil de Nascimento	01
Ação de Reconhecimento de Paternidade	02
Ação de Divórcio Consensual	05
Homologação de Acordo	01
Arquivamento	03
Total de Ações	41
Total de Pessoas Atendidas	51
GRUPO INTER. DE TRAB. E PREV. À VIOL. DOM. E FAMILIAR C/A MULHER	QUANTIDADE
Orientações, esclarecimentos sobre as Inst. Esp. no atendimento, distribuição de cartilhas	43
Total de Pessoas Atendidas	43
MINISTÉRIO PÚBLICO E A COMUNIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	QUANTIDADE
Total de Manifestações	41
Total de Pessoas Atendidas	43
DEFENSORIA PÚBLICA - "BALCÃO DE DIREITOS"	QUANTIDADE
Ajuizamento de Ações	40
Encaminhamento - 2ª Via de Certidão de Nascimento	44
Emissão de CPF	39
Total de atendimentos	136
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB/PA)	QUANTIDADE
Orientação Jurídica	43
Total de atendimentos	43

CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO	
Emissão de 1ª. via de certidão de nascimento para menores de 12 anos	36
Emissão de 1ª via de certidão de nascimento para maiores de 12 anos	05
Total de atendimentos	41
POLÍCIA CIVIL - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	
Emissão de Carteira de Identidade (Processos)	404
Total de atendimentos	404
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR	
Emissão de Carteira de Trabalho - CTPS	106
Total de pessoas atendidas	120
SERVIÇO MÉDICO DO TJE	
Verificação de pressão arterial, orientação sobre prevenção e foram ministrados medicamentos	20
Total de pessoas atendidas	20
SERVIÇO ODONTOLÓGICO	QUANTIDADE
Orientação sobre Prevenção Odontológica (cárie, doença periodontal e câncer de boca)	50
Total de atendimentos	50
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES - ONIBUS ESCOLA	QUANTIDADE
Orientação e promoção à leitura	233
Total de atendimentos	233
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS:	1.184

Fonte: Coordenadoria dos Juizados Especiais

Ano de 2010

- Designação para gestão do Projeto do Planejamento Estratégico 2010/2014 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, no Programa/Tema "Acesso ao Sistema de Justiça, Projeto "Justiça Ribeirinha".
- Participação de reunião referente ao Movimento pela Conciliação em Brasília no dia 19 de agosto de 2010.
- Coordenação da Semana Nacional da Conciliação do TJE/PA, no período de 29/nov a 03/dez de 2010, que contou com a participação de 178 (cento e setenta e oito) Varas, e na Capital teve seu encerramento marcado pelo evento "Dia de Justiça e Cidadania", que ocorreu no dia 08/12/2010, na Praça Batista Campos, na Comarca de Belém-PA, com a participação do Tribunal de Justiça através do Programa "Justiça e Juizado Especial Itinerante", Ministério Público com o Programa "Ministério Público e a Comunidade", Defensoria Pública com o Programa Balcão de Direitos (que além de atendimento jurídico irá emitir CTPS E CPF), Tribunal Regional Eleitoral (Serviço Itinerante), Polícia Civil (Emissão de 500 carteiras de Identidade), Campanha sobre a Importância do Registro Civil de Nascimento (Coordenada pela Desembargadora Marneide Trindade Pereira Merabet), Cartório do 2º Ofício (emissão de 1ª via de certidão de nascimento), SENAR (Teatro e emissão CTPS), SESC (recreação infantil), EMBRAPA (doação de mudas), HEMOPA (Campanha para doação de Sangue), UNIMED Belém, Serviço Odontológico e Médico do TJE/PA.

RESUMO DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO DE 29/11 A 03/12/10

CONCILIAÇÃO	2010					
	29/nov	30/nov	1/dez	2/dez	3/dez	Total
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	2.291	2.227	2.071	2.049	1.450	10.088
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	1.622	1.699	1.459	1.515	1.052	7.347
% AUDIÊNCIAS REALIZADAS	71%	76%	70%	74%	73%	73%
ACORDOS HOMOLOGADOS	704	702	621	670	453	3.150
% DE ACORDOS HOMOLOGADOS	43%	41%	43%	44%	43%	43%
VALORES DE ACORDOS HOMOLOGADOS (R\$)	455.572	1.777.969	471.059	719.573	237.912	3.662.084
VALOR MÉDIO POR ACORDO (R\$)	647	2.533	759	1.074	525	1.163
PESSOAS ATENDIDAS	2.565	2.565	2.428	2.203	1.548	11.309
COLABORADORES	1.761	1.687	1.368	1.694	1.185	7.695
EVENTOS	7	4	6	30	2	49

Fonte: Movimento pela Conciliação/TJPA

RELATÓRIO DO EVENTO "DIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA - 2010"

BOLETIM ESTATÍSTICO DA JUSTIÇA E JUIZADO ITINERANTE	
IDENTIFICAÇÃO: PROJETO "DIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA" PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO - TJE	
JUIZES: DR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO G. DA FONSECA, DRA. BÁRBARA OLIVEIRA MOREIRA, DRA. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA, DR. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES E DR. MARCO ANTÔNIO LOBO CASTELO BRANCO	
COMARCA: BELÉM-PA DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2010 EXPEDIENTE: 08 h às 17:00h LOCAL: PRAÇA BASTISTA CAMPOS	
"PROGRAMA JUSTIÇA E JUIZADO ESPECIAL ITINERANTES" - TJE/PA	QUANTIDADE
Ação de Registro Civil de Nascimento Fora do Prazo	04
Ação de Retificação de Registro Civil de Nascimento	31
Ação de Retificação de Registro de Óbito	02
Ação de Retificação de Registro Civil de Casamento	05
Ação de Registro de Óbito Fora do Prazo	01
Ação de Dissolução de União Estável, c/c guarda e alimentos	01
Ação de Justificação de União Estável	01
Ação de Divórcio Consensual	10
Arquivamento	00
Total de Ações	55

Total de Pessoas Atendidas	67
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE	QUANTIDADE
Alistamento Eleitoral	74
Revisão de dados cadastrais	63
Transferência	22
Emissão de 2ª via de título eleitoral	04
Total de Pessoas Atendidas	163
MINISTÉRIO PÚBLICO E A COMUNIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	QUANTIDADE
Reconhecimento Voluntário de Paternidade	05
Orientações Jurídicas	10
Manifestações	55
Total de Pessoas Atendidas	70
DEFENSORIA PÚBLICA - "BALCÃO DE DIREITOS"	QUANTIDADE
Ajuizamento de Ações e encaminhamentos ao cartório	76
Orientações Jurídicas	37
Encaminhamento - 2ª Via de Certidão de Nascimento	535
Emissão de CPF	207
Emissão de Carteira de Trabalho - CTPS	280
Total de pessoas atendidas	1.135
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB/PA)	QUANTIDADE
Orientação Jurídica	274
Total de pessoas atendidas	274
COMITÊ ESTADUAL DE COMBATE AO SUBREGISTRO - REP. PELO MEMBRO TITULAR, DESª MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET	QUANTIDADE
Orientações sobre a importância do Registro Civil de Nascimento	65
Distribuição de cartilhas sobre a Importância do Registro Civil de Nascimento	40
Total de pessoas atendidas	105
CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO	QUANTIDADE
Emissão de 1ª. via de certidão de nascimento para menores de 12 anos	05
Total de pessoas atendidas	05
DETRAN/PA	QUANTIDADE
Atividades de recreação educativas de pintura corporal	100
Atividades de recreação educativas de pintura no papel	150
Total de pessoas atendidas	250

POLÍCIA FEDERAL	QUANTIDADE
Orientações acerca de drogas	75
Orientações sobre serviços à comunidade	55
Total de pessoas atendidas	130
POLÍCIA CIVIL – INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Emissão de Carteira de Identidade (Processos)	500
Total de pessoas atendidas	500
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR	QUANTIDADE
Emissão de Carteira de Trabalho - CTPS	170
Total de pessoas atendidas	170
SESC	QUANTIDADE
Atividades recreativas e oficinas de arte para crianças	250
Total de pessoas atendidas	250
SERVIÇO MÉDICO DO TJE	QUANTIDADE
Verificação de pressão arterial, orientação sobre prevenção e foram ministrados medicamentos	42
Orientação sobre doação de sangue e medula óssea	46
Total de pessoas atendidas	88
SERVIÇO ODONTOLÓGICO	QUANTIDADE
Orientação sobre Prevenção Odontológica (cárie, doença periodontal e câncer de boca), orientações sobre fatores de risco e sobre a importância de consultas e exames	250
Total de pessoas atendidas	250
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA	QUANTIDADE
Orientações sobre doação de sangue e de medula óssea	40
Total de pessoas atendidas	40
UNIMED	QUANTIDADE
Pronto atendimento. Ocorrências: verificação de pressão arterial e hipoglicemia	25
Total de pessoas atendidas	25
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	QUANTIDADE
Doação de mudas de plantas	200
Total de pessoas atendidas	200
SALÃO DE BELEZA "VALÉRIA ALMEIDA"	QUANTIDADE
Cortes de cabelo	130
Total de pessoas atendidas	130
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS:	3.852



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

A Escola Superior da Magistratura (ESM), instituição de ensino vinculada ao TJE-PA, cuja finalidade é a capacitação/treinamento de recursos humanos para o exercício de cargos de magistratura e técnicos, bem como a prestação de serviços à comunidade, promoveu diversas atividades acadêmicas no estado, com a participação de autoridades integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, Defensoria Pública, Servidores do Tribunal de Justiça lotados na capital e comarcas do interior, assim como demais profissionais do direito, tanto na condição de professores, quanto de alunos.

O ano de 2010 foi um marco para a ESM com a transmissão de cursos online, possibilitando que, independente da distância, todo o público a que a ESM atende pudesse participar e interagir nos cursos, palestras e treinamentos.

META 8: PROMOVER CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA, COM NO MÍNIMO 40 HORAS, PARA 50% DOS MAGISTRADOS, PRIORIZANDO O ENSINO À DISTÂNCIA.

A Escola Superior da Magistratura visando o cumprimento da META 8 (CNJ), que dispõe sobre a promoção de cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40h, para 50% dos magistrados, buscou junto ao CNJ a realização de cursos de Administração Judiciária, sob a modalidade online, realizado pelos magistrados conforme a seguir:

1ª turma: 22 Magistrados;

2ª turma: 117 Magistrados inscritos, dos quais apenas 29 concluíram.

Sob a modalidade presencial, quatro Magistrados participaram em Brasília, do mesmo curso, mas em outras datas.

CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS – 9 a 11 de dezembro.

A ESM-PA realizou, em parceria com o TJE-PA, o curso de Gestão de Processos na Atividade Judicante e Cartorária, no período de 9 a 11 de dezembro de 2010, com carga horária de 20h. O curso aconteceu no auditório da ESM, na modalidade presencial e online, para os servidores e Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado.

O curso propiciou o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, objetivando agilizar e planejar as ações administrativas do gabinete e cartório, tornando o trabalho dos servidores mais racional e prazeroso, com o intuito de agilizar o julgamento e reduzir o número de processos conclusos.

A realização deste curso foi de extrema relevância para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará que, no campo da gestão administrativa interna, proporcionou a formação de magistrados e servidores compromissados não apenas com a prolação de sentenças esmeradas e justas, mas também com a gestão dos processos que permeiam a consecução desta nobre tarefa e o aumento da produtividade e da qualidade da prestação jurisdicional.

O curso foi coordenado e ministrado pelo Dr. Jeverson Luiz Quinteiro, Juiz de Direito, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da comarca de Barra do Garças (MT) e especialista em Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá (RJ).

O ministrante utilizou uma metodologia participativa através de debate acerca da aplicabilidade no desempenho jurisdicional e a troca de ideias, visando à atualização dos participantes.

CURSOS/PALESTRAS/TREINAMENTOS promovidos pela ESM em 2010:

CURSO DE FORMAÇÃO PARA O INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ

O Curso de Formação para o Ingresso na Magistratura do Estado do Pará, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foi realizado na ESM-PA no período de 1º de setembro de 2009 a 15 de janeiro de 2010, com carga horária de 492 horas, como cumprimento da terceira etapa do concurso público para o cargo de Juiz Substituto.

O curso teve orientação da Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, e a coordenação do Dr. Raimundo Wilson Gama Raiol, Diretor do Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola.

O Curso teve como objetivo preparar os candidatos de forma integral para as futuras atribuições no âmbito da magistratura, possibilitando ainda a apuração da aptidão do candidato, em momento adequado, antes da aquisição do cargo, permitindo, efetivamente, um maior contato com os interessados e propiciando conhecimento mais amplo da área jurídica do Estado do Pará.

O resultado do final das avaliações foi homologado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em sessão solene de 24 de fevereiro de 2010.

Dos 52 aprovados no concurso público, 47 concluíram o mesmo, sendo que 42 foram empossados no dia 7 de maio de 2010, em sessão solene na sede do TJE-PA, como Juizes Substitutos para atuarem nas comarcas do interior.

Os novos juizes substitutos que tomaram posse compõem o maior grupo a assumir o cargo ao mesmo tempo, e vem somar aos demais magistrados paraenses, permitindo que se celebre a possibilidade de expressivo avanço no judiciário. Com isso será ampliada a capacidade de atendimento no interior, onde se registra a maior demanda de ações.

CURSO DE ALTOS ESTUDOS EM PROCESSO CIVIL

Realizado no período de 04/03 a 25/05/2010, com carga horária de 9 horas, direcionado a Magistrados (Juizes e Desembargadores) e Assessores de Desembargadores, foi promovido pelo TJE-PA e realizado pela ESM-PA, tendo sido realizado na Biblioteca do TJE.

O curso foi ministrado pelo Dr. Jean Carlos Dias e Dr. José Henrique Mouta, e teve por objetivo a análise e discussão de temas relevantes ao público-alvo, relacionados ao Direito Processual Civil, com ênfase nos aspectos mais importantes dos processos, nas reformas recentes do CPC e do Poder Judiciário.

No decorrer do curso foram debatidas questões fundamentais do Poder Judiciário, com a participação da turma, que interagiu com os demais, compartilhando experiências e conhecimentos práticos e teóricos.

Temas debatidos:

- Execução do Processo Coletivo;
- Condições da Ação e Pressupostos Processuais em Âmbito Recursal;
- Nulidades;
- Tutelas de Urgências;
- Recursos;
- Temas polêmicos no Mandato de Segurança.

Os alunos concluintes receberam Certificados, conforme consta no regulamento da ESM-PA.

QUESTÕES RELEVANTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO/DISCIPLINAR

Realizado no período de 22 a 26/03/2010, com carga horária de 18,5 horas, direcionado a Magistrados e Servidores, no auditório da ESM-PA, tendo como professora a Mestre Ana Maria Barata.

Este evento inaugurou as transmissões online dos cursos e palestras, passando a oferecer ensino à distância, democratizando o acesso e reduzindo custos no processo de qualificação e aperfeiçoamento profissional, possibilitando a todos os magistrados, assessores e servidores que integram o quadro do TJE-PA, independente da distância, a participar dos cursos e interagir com a turma.

A ministrante explicou sobre os aspectos relevantes do processo administrativo disciplinar, ressaltando a importância desses aspectos e cuidados que se deve ter, na forma da lei, para que não haja nulidade nos processos.

Segundo a ministrante, o processo administrativo disciplinar não pretende em primeiro momento penalizar o servidor. A comissão responsável tem que ser imparcial e buscar o princípio da verdade real.

Foram abordados procedimentos como:

- Sindicâncias investigativas, que tem o mesmo caráter de inquérito policial;
- Sindicância apuratória ou processual, que trabalha com fatos leves;
- Sindicância patrimonial, que ainda não é instituída no estado, tem caráter sigiloso e não punitivo, e é destinada a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte do agente público.
- Ampla Defesa, que representa a manifestação do sujeito e o direito de se manifestar em qualquer fase do processo, em qualquer ato ou procedimento;
- Prescrição no processo administrativo disciplinar;
- Ressaltou a questão do abandono do cargo e das atribuições da comissão responsável pelo processo.

Os alunos com os requisitos constantes no regulamento da ESM-PA obtiveram a Certificação da Conclusão do Curso.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA PRETENDENTES A PAIS POR ADOÇÃO (oito TURMAS)

Realizado em parceria da ESM-PA (utilização da infraestrutura - ESM-PA), com o TJE-PA, aconteceu nas seguintes datas, com carga horária de 10 horas, por turma.

O projeto para este curso tem parceria com o Grupo de Estudo e Apoio à Adoção de Belém Renascer, e com a 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital, com a proposta de orientar casais ou pessoas solteiras, já cadastradas, sobre os procedimentos de adoção, esclarecendo aos pretendentes, desmistificando preconceitos e orientando sobre aspectos psicológicos, legais e afetivos.

A partir de 2010, o curso constitui-se como uma obrigatoriedade estipulada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para a efetivação da adoção.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL

Promovido pelo TJE-PA, a ESM-PA realizou o Curso de Atualização em Processo Civil no período de 06/04 a 25/05/2010, com carga horária de 12 horas.

Direcionado para Magistrados, Assessores e Servidores do TJE-PA, teve como ministrante o Mestre em Processo Civil, Pedro Bentes Pinheiro.

O Curso abordou os seguintes temas, com aulas presenciais e online para as comarcas:

- Recursos;
- Ações Coletivas e Constitucionais;
- Procedimentos Especiais e Tutelas Urgentes e Executivas

OFICINA DE DIREITOS HUMANOS – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Curso realizado em parceria com a 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital e a UNAMA, através do Projeto "Agenda Criança Amazônica", no período de 14 a 28 de abril de 2010.

Com o objetivo de capacitar os Agentes da Infância e Juventude da Capital dentro da mesma proposta metodológica do Projeto "O Juizado vai à Escola", o curso proporcionou conhecimentos inerentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente, esclarecendo a todos sobre os direitos e as garantias dos mesmos. A oficina foi ministrada pela professora Maria Lúcia Gaspar Garcia.

PROPOSTAS DE MUDANÇAS: UM NOVO OLHAR SOBRE O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Evento de grande relevância para a Justiça Paraense, a palestra foi realizada pela ESM-PA no dia 15 de abril de 2010, com carga horária de 3 horas.

Ministrada por dois expoentes nacionais em matéria de Direito Penal, o Mestre e Doutor Eugênio Pacelli de Oliveira, relator do Projeto que reforma o Código de Processo Penal Brasileiro, e o Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Participou ainda, como debatedor, o Juiz Marcus Alan de Melo Gomes, Doutor em Direito pela PUC.

Destinada a Magistrados, Servidores e Assessores do TJE-PA e a estudantes de Direito, a oficina foi transmitida online para as comarcas do interior.

O assunto objeto de argumento e debate foi o Projeto de Lei, em trâmite no Congresso Nacional, que, se aprovado, reformará o Código de Processo Penal Brasileiro. O Projeto traz significativas inovações ao CPPB.

Temas debatidos:

- Importância e distinção dos princípios de proporcionalidade e da razoabilidade nas questões processuais. (No parecer do Dr. Pacelli, todas as questões referentes à criminalidade configuram temas extremamente sensíveis e nem sempre bem compreendidos, e a comissão do Projeto agiu de forma imparcial, merecendo credibilidade pela seriedade e honestidade em que todos operaram e se dedicaram nas diversas temáticas levantadas, e cujas ideias tiveram que chegar a um consenso). Segundo o Dr. Pacelli,

o anteprojeto originário tinha algumas ousadias, mas também o pé mais no chão, e a partir daí foi decidido de imediato que não seria apresentar ao Congresso Nacional algo absolutamente novo, que não tivesse sido objeto de discussão. Para a comissão de mudanças legislativas, tiveram que ser incorporadas no anteprojeto, pequenos ajustes, para que não perdesse a estrutura determinada pela Comissão, e, tentar de certa forma, conciliar. Dessa forma, o Projeto não modificará tanto, mas determinará uma nova estrutura brasileira do Código de Processo Penal e será ajustada a nova legislação ao texto constitucional.

- Competências e conflitos dela decorrentes, ressaltando a distinção entre as competências relativas e absolutas, e do Habeas Corpus, como garantia Constitucional.
- Problemática que envolve os juízes, cujo ponto primordial é adequar o processo penal à constituição, e para isso seria necessária mudança do sistema inquisitório, que tem como característica a aproximação do juiz com o Ministério Público, na busca de provas.
- Falta de Juízes no Brasil, e o grande número de processos que esses têm que analisar sozinho e em Comarcas distantes.
- Pena consensual no procedimento sumário.

ENCONTRO DE ESTUDOS ESPECÍFICOS SOBRE A GARANTIA E DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Parte do Projeto Judiciário Acolhedor, idealizado pelo Judiciário do Estado do Pará, realizado na ESM/PA nos dias 16, 23, 29 e 30/04/2010 e 07 e 14/05/2010, com carga horária de 16 h/a, o curso direcionou-se aos integrantes das equipes multidisciplinares da 1ª Vara do Ministério Público e do Núcleo de Atendimento Especializado da criança e do adolescente da Defensoria Pública.

O Projeto visa criar mecanismo necessário à afetividade da Lei 12010/2009 (Lei de Adoção), cuja finalidade é buscar alternativas e soluções para sua ampla aplicabilidade, que prevê a garantia do direito de convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, permitindo a inserção dos membros em programas de acolhimento familiar.

O curso integrou palestras envolvendo os seguintes temas: "Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária", ministrado pela Mestra Maria Lucia Garcia e a "Nova Lei de Adoção" (12010/2009), com o Juiz titular da 1a. Vara da Infância e Juventude, José Maria do Rosário, "Família Conceitos", "Modalidade de Acolhimento – Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais de Alta Complexidade para as crianças e Adolescentes", "Efeitos do Abrigamento Prolongado" e "Acolhimento Familiar".

XVII CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DA MAGISTRATURA

O XVII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará teve início de 04 de setembro de 2009, com uma carga horária prevista de 760 h. Dirigida a profissional do Direito e Servidores.

O Curso teve como objetivo preparar doutrinária e tecnicamente os Bacharéis em Direito interessados no ingresso à Carreira da Magistratura, bem como trabalhar a formação humanística necessária ao exercício da Magistratura, propiciando

um aprendizado prático, capacitando futuros magistrados, pelo exercício jurídico, a aprender e valorizar o fato, e a inserir, no Plano do Direito, as soluções exigidas pela problemática contemporânea.

A carreira da Magistratura é muito exigente, havendo necessidade de, para em seu ingresso, serem testados os conhecimentos científicos (leis, doutrinas e jurisprudência) e técnicos (procedimentos jurisdicionais), maturidade psíquica e pessoal, que são refletidas no necessário equilíbrio da difícil missão de julgar.

Durante a realização do curso foram enfatizados, além de disciplinas teóricas, aspectos éticos, relações interpessoais, técnicas de conciliação, e os aspectos práticos da função de magistrado.

O curso é preparatório para a carreira da Magistratura e tornou-se fundamental para aqueles que pretendem ingressar na carreira jurídica, visto que o mesmo oferece uma base sólida de conhecimentos teóricos necessários na preparação para concursos. Em fase de conclusão de curso.

DA ÉTICA GERAL À ÉTICA EMPRESARIAL

Ministrado pelo Desembargador da Justiça Federal, Mestre e Doutor Newton Lucca, a palestra aconteceu no auditório da ESM-PA, em 06/05/2010, com carga horária de 3,5 h/a, tendo como debatedores o Desembargador Milton Nobre e o Presidente da Academia Paranaense de Letras, Dr. Clóvis Malcher.

O evento foi destinado aos Magistrados, Assessores, Profissionais da Área Jurídica e Membros de outras instituições jurídicas do Estado, além de Estudantes do Curso de Direito.

Temas abordados:

- Ética empresarial – origem da palavra, conceito na visão de autores, valores éticos;
- Ética na Magistratura.
- Lançamento do livro "Da Ética Geral à Ética Empresarial".

CURSO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Realizado nos dias 29, 30 e 31/03/2010, com carga horária de 60 horas, o curso teve como objetivo a parte prática, sendo realizado diretamente no Fórum Civil, e direcionado a Magistrados e Servidores das Varas de Família.

O Curso foi ministrado pelo renomado professor Adolfo Braga Neto, reconhecido nacional e internacionalmente, e pela Professora Nazaré Mendonça, com excelente qualificação.

A mediação tem caráter interdisciplinar e é um método relevante e alternativo na resolução de conflitos, diante da complexidade das inúmeras inter-relações existentes.

Abordagem da supervisão da prática em mediação.

O objetivo do curso foi supervisionar o processo de aprendizagem, no qual o profissional experiente orienta outro profissional ou estagiário no desenvolvimento humano e profissional.

CAPACITAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO "EU TAMBÉM FAÇO PARTE"

Realizado nos dias 01 e 02/06/2010, no auditório da ESM, o curso objetivou capacitar alunos do Curso de Direito, bem como policiais militantes e agentes da infância que atuarão especificamente no Projeto, que tem parceria com a Ouvidoria do Ministério Público Estadual, a Polícia Militar e a Secretaria de Educação do Estado – SEDUC.

Coordenado pela Dra. Rubilene Silva Rosário, juíza auxiliar da 1ª. Vara da Infância e Juventude da Capital, tendo como ministrante os senhores Maurício Almeida Guerreiro de Figueiredo e Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia.

O objetivo do Projeto é a diminuição da violência nas escolas, através da implementação de Núcleos de Mediação e Conflitos, valorizando dessa forma a educação e fortalecendo o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente.

TREINAMENTO DO SISPE (SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PRESOS PROVISÓRIOS E APENADOS)

Realizado em parceria com o TJE-PA, no período de 08 a 10/06/2010, com carga horária de 9 horas/aula, foi ministrado pelo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

O treinamento foi transmitido online para as comarcas e ainda encontram-se disponíveis no site do TJE-PA. Todas as comarcas receberam as aulas gravadas em DVDs.

II ENCONTRO JURÍDICO 2010

A Escola Superior da Magistratura realizou o II Encontro Jurídico, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, nos dias 07 e 08 de outubro de 2010.

O Encontro contou com a participação de Juristas e Conferencistas de renome nacional, como os constitucionalistas Ingo Wolfgang Sarlet, Inocêncio Martires Coelho e o administrativo Celso Antonio Bandeira de Mello.

Direcionado a magistrados e servidores, contou também com a participação de pessoas ligadas a outras instituições jurídicas.

A palestra também foi transmitida online para as comarcas do interior, possibilitando, assim, a participação de todos os servidores do Tribunal de Justiça do Estado.

O Conselheiro e Desembargador Milton Nobre destacou a importância do evento, ressaltando que, a atualidade dos temas são de questões relevantes da sociedade atual.

Os temas tratados foram:

- Dr. Inocêncio Mártires Coelho – Ativismo Judicial – ressaltou sobre a importância e a necessidade de criatividade do Magistrado, no sentido de suas decisões baterem com as aspirações e anseios sociais.

Para ele, o direito é um processo de ajustamento interpretativo levado pelo juiz, com a prudência e a jurisprudência, cuja prudência é sua forma de excelência.

A lei tem que ser interpretada e aplicada, pois nenhuma fala por si só, ou traz em seu texto as suas hipóteses de aplicação.

- Dr. Ingo Sarlet abordou o tema Direito Fundamental à Saúde: evolução e tendências. Ressaltou ser ele próprio um ativista judicial e reforçou a questão da criatividade judicial.

Para ele, um dos problemas do direito à saúde é vincular esse direito a outros princípios e direitos fundamentais. Informa que a saúde, como argumento, tem sido histórico no Brasil, mas vinculado à vida.

Para o Dr. Ingo, o direito à vida e o direito à saúde não são a mesma coisa, porém são utilizados de forma bem intencionada. O direito à vida é o direito a existência, já o direito à saúde tem um ponto em comum, que é a falta de proteção à saúde, que leva ao fato "morte", sendo que existe também outro direito fundamental à saúde que é tão importante ou mais que o direito a vida, que é a integridade física, corporal e psíquica, mas este não no âmbito de proteção.

A conferência do Jurista Celso Antonio Bandejas de Melo marcou o segundo dia do II Encontro Jurídico.

Antes do início da palestra, o TJE-PA, representando pelo Presidente, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, agraciou o conferencista e entregou a Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no grau de "Grande Oficial".

A Ordem do Mérito Judiciário destina-se a agraciar instituições civis e militares nacionais e estrangeiras, que se tenham tornado credoras de homenagem especial, bem como contribuído para o engrandecimento do Estado do Pará e, particularmente, do Poder Judiciário.

Celso Antonio Bandeira de Melo é reconhecido no mundo jurídico como um dos mais destacados expoentes do Direito Administrativo do Brasil.

O conferencista inicialmente agradeceu a honraria e então começou sua palestra, abordando os seguintes temas:

- Discricionariedade Administrativa e seus limites – Controle Jurisdicional, destacando quatro pontos relevantes:

1. Não há ato discricionário;
2. A discricionariedade é mais ampla no nível da norma do que no caso concreto;
3. A lei sempre quer, nos casos de discricionariedade administrativa, uma só solução, aquela que atende melhor o interesse público.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO**

Promovido pelo CESUPA em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Ministério Público do Estado e Escola Superior da Magistratura, e realizado nas dependências da ESM-PA, contou com a participação de juizes, defensores e procuradores do Estado do Pará, e tem a Coordenação do Doutor Jean Carlos Dias.

Direcionado preferencialmente aos magistrados e membros do Ministério Público. O objetivo do curso é capacitar profissionais da área jurídica, tornando-os aptos a manusear instrumentos jurídicos que viabilizem a atuação jurisdicional nas demandas individuais e coletivas de natureza agrária, sobretudo para atender o nível de qualificação necessária para atuar junto ao poder judiciário nas varas agrárias, criadas pela Emenda Constitucional nº 45.

A partir desta Emenda, o TJE –PA instalou no Pará 05 (cinco) varas sediadas em Marabá e Altamira, e posteriormente em Santarém, Castanhal e Redenção.

O Curso, com carga horária de 360 horas, é capaz de promover uma visão plural e compatível com as demandas das complexas sociedades da atualidade, e busca aproximar os aspectos teóricos e práticos por meio da aplicação do método-caso, visando coadunar ensinamentos teóricos e práticos, viabilizando a compreensão crítica do tema e a troca de conhecimento entre os alunos, sendo utilizadas variadas estratégias pedagógicas.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CIVIL

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil Individual e Coletivo, foi realizado em convênio com o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA, Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE e a Escola Superior da Magistratura – ESM, tendo iniciado em 14 de abril de 2008, e carga horária de 360 horas.

Destinado a Magistrados e Assessores do TJE, o curso propôs um aprofundamento do Direito, e teve como objetivo estratégico o atendimento das demandas relacionadas à formação especializada de profissionais da área, no aperfeiçoamento e qualificação profissional, e objetiva ampliar os conhecimentos no aspecto jurídico, relacionados ao Processo Civil Individual e Coletivo.

O curso buscou aproximar os aspectos teóricos e práticos, por meio de estudo de casos, viabilizando a compreensão crítica do tema e a troca de conhecimentos e experiência prática.

Ministrado em 22 módulos inter-relacionados, visando à construção gradual da compreensão do assunto pelo aluno.

Coordenado pelo Professor Jean Carlos Dias, e com um corpo docente composto de 21 (vinte e um) ministrantes, entre Mestres e Doutores, o que proporcionou uma capacitação de alto nível a todos os que concluíram o curso.

O Curso encontra-se na fase de defesa de Monografia. Até 10 de dezembro de 2010, 19 alunos tiveram suas teses aprovadas.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

Também de grande relevância foi o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Penal, com carga horária de 360 horas, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE, em convênio com o Centro Universitário do Pará – CESUPA, voltado à formação de recursos humanos na área jurídica para o desempenho e planejamento de ações destinadas ao fortalecimento do Direito Processual Penal na região Norte, e em especial, no Estado do Pará.

Oferecido a Magistrados, e Assessores, o curso objetivou a formação especializada e cultural dos profissionais do Direito na área que envolve o Direito Processual Penal, com discernimento teórico de autores contemporâneos, capazes de promover uma visão plural e

compatível com as demandas da sociedade complexa de nossos dias e instalar um ambiente de educação jurídica, voltada para esse ramo do direito.

O curso foi ministrado em nove módulos inter-relacionados. Coordenado pelo professor Jorge Augusto de Medeiros Pinheiro e contou com a contribuição de um corpo docente composto de Doutores, Mestres e Especialistas da área, visando assegurar a amplitude necessária para a veiculação dos temas e disciplinas centrais, adotando uma metodologia de ensinamentos teóricos e práticos e estratégias pedagógicas variadas.

Ressalta-se, inclusive, a presença de mestres argentinos como palestrantes do Curso. Atualmente encontra-se na fase de defesa de Monografia. Em 2010, somente um aluno defendeu sua tese, ficando os demais para o primeiro semestre de 2011.

OUTRAS ATIVIDADES

A ESM realiza a cessão de espaço em suas dependências, dando o suporte e apoio necessários, quando requerida para tal.

- **REUNIÃO COM A SECRETARIA DE GESTÃO E OS SERVIDORES RECÉM-EMPOSSADOS DO TJE**
- **PROVA DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA GERAL**
- **TREINAMENTO DO SISTEMA PERGAMUM**
- **GESTÃO JUDICIÁRIA – AULA PRÁTICA**
- **PROVA DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
- **CURSO ESPECÍFICO PARA OS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**
- **TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARÁ**
- **PALESTRA AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**
- **REUNIÃO COM A SECRETARIA DE GESTÃO E OS SERVIDORES RECÉM-EMPOSSADOS DO TJE.**
- **CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS – GERENCIAMENTO DE ROTINAS**

PUBLICAÇÃO DE "A LEITURA"

A revista A LEITURA – Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, volume 4, publicada em Maio de 2010, contempla artigos inéditos de renomados juristas e professores das mais diversas regiões do país.

Esta publicação traz entrevistas, reportagens, contos, poemas e resenhas, proporcionando aos estudiosos, pesquisadores e estudantes um conhecimento variado acerca do universo e interesse jurídico-pedagógico.

Os trabalhos publicados na Revista, vol. 4, são resultados de estudos e pesquisas sobre a atividade jurisdicional, focando nesta edição, uma entrevista com o Mestre e Doutor em Ciências Penais Eugênio Pacelli de Oliveira, membro integrante da Comissão



externa de Juristas, criada pelo Senado Federal, para a reformulação do Código de Processo Penal Brasileiro.

O Caderno traz também uma reportagem sobre o Projeto "Moradia Legal", criado e coordenado pelo magistrado João Agnaldo Donizete Gandini, de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, que objetiva erradicar as favelas da Cidade. Esse Projeto rendeu ao Magistrado, em 2009, o Prêmio Innovare, concedido a iniciativas que melhoram a Justiça do País. O Magistrado acredita que o envolvimento nas questões sociais do Município já é uma forma de valorizar a Justiça perante a Comunidade.

PUBLICAÇÃO DO LIVRO "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ: "RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO ANTIGO INSTITUTO LAURO SODRÉ"

O Livro intitulado "Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Restauração e adaptação do antigo instituto Lauro Sodré" foi editado pelo TJE-PA em parceria com a Escola Superior da Magistratura – ESM-PA, no qual foi registrado todo o processo de restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré, para a atual sede do Tribunal de Justiça do Pará.

A obra objetivou reconstruir a memória histórica do edifício, assim como registrar os esforços daqueles que trabalharam pela restauração do Prédio.

A antiga construção centenária, com traços neoclássicos, abriga a sede do TJE-PA desde 2006. Originalmente foi denominado de Instituto Paraense de Educandos Artífices e mais tarde chamou-se Instituto Lauro Sodré, e funcionava como instituição pública voltada à profissionalização de meninos órfãos ou em situação de extrema pobreza.

Considerado um dos mais expressivos monumentos da "belle époque" paraense, o prédio foi restaurado e refuncionalizado, porém, preservado a integridade arquitetônica.

A publicação com 132 páginas e vasto acervo fotográfico, relata a história do prédio e a obra de restauração, fazendo uma homenagem ao ex-governador Lauro Sodré, este que, além de iniciar a obra de construção do prédio secular, foi um grande incentivador da educação no Pará.

O livro relata também detalhes do processo de restauração, esta que, sem dúvida foi a mais abrangente desde sua construção no final do século XIX, bem como as adaptações do seu novo como sede do TJE-PA, a construção do prédio anexo e as modernidades introduzidas para o seu melhor funcionamento.

BIBLIOTECA

Atualmente a Biblioteca da ESM-PA possui um acervo bibliográfico de 605 exemplares de livros e 7 assinaturas de periódicos. No ano de 2010 os usuários da Biblioteca efetuaram 208 empréstimos e 203 devoluções.

Os livros que compõem a biblioteca são selecionados por área de conhecimento, obedecendo alguns critérios estabelecidos pela direção da Biblioteca.

O objetivo da Biblioteca é promover maior e melhor utilização das informações disponíveis na área jurídica, aos docentes e discentes da ESM-PA.

O acesso e empréstimo são restritos aos servidores do TJE-PA, professores e a comunidade acadêmica da Escola.

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, no horário de 13 às 19 horas. É chefiada pela servidora Maria da Conceição Moreira, que é a responsável pela normalização dos artigos que compõem o caderno A Leitura.

INFORMÁTICA

A ESM-PA dispõe de um laboratório de informática equipado com 20 Microcomputadores para transmissão/gravação (câmera de vídeo, microfone sem fio, mesa de som e computador, adaptados a esses equipamentos o sistema Access Point, que permite acesso Wireless a notebooks, laptops, pela rede local, e dois projetores multimídia/data-show).

A rede local da ESM-PA permanece interligada à Intranet do TJE-PA, permitindo, dessa forma, a transmissão de palestras e eventos para as comarcas do interior. O Portal do TJE-PA disponibiliza um link para a ESM, o que facilita e permite a divulgação de informações da escola.



Outorga da Comenda do Mérito Judiciário ao professor Celso Bandeira de Melo

CURSOS REALIZADOS
Cursos / Palestras / Treinamentos
ANO 2010

Cursos / Eventos	Local / Data	C.H	Público Alvo	Inscritos	Concluintes
I CURSO DE FORMAÇÃO PARA O INGRESSO NA MAGISTRATURA	ESM-PA Sala 03	492	Candidatos -Alunos	49	47
CURSO DE ALTOS ESTUDOS EM PROCESSO CIVIL	Biblioteca do TJE Início: 04/03/2010 a 02/12/2010	40h/a	8 - Desembargadores 28- Assessores	36	Em andamento
CURSO QUESTÕES RELEVANTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	ESM - PA Auditório	18.5h/a	8 - Magistrados 41 -Servidores	49	30
CURSO DE FORMAÇÃO PARA PRETENDENTES A PAIS POR ADOÇÃO (Oito turmas)	ESM-PA - Sala 02 23/03/10 1ª turma 06/04/10	10h/a	Publico externo	33	30
	20/04/10 2ª turma 04/05/10	10h/a		23	16
	08/06/10 3ª turma 22/06/10	10h/a		30	23
	10/08/10 4ª turma 24/08/10	10h/a		30	21
	08/09/10 5ª turma 21/09/10	10h/a		24	18
	05/10/10 6ª turma 19/10/10	10h/a		23	16
	03/11/10 7ª turma 16/11/10	10h/a		17	14
	30/11/10 8ª turma 14/12/10	10h/a		18	18
CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL	ESM-PA Auditório 06/04 a 01/12/2010	60h/a	19 - Magistrados e 22 -Assessores 59 - Servidores 02 - Oper. do Direito	102	25

Oficina de Direitos Humanos - Estatuto da Criança e do Adolescente	ESM-PA Sala 3 14/04/2010 - 1ª turma	3.5h/a	Servidores	- 31	30
	28/04/2010 - 2ª turma	3.5h/a	Servidores	- 33	30
PROPOSTAS DE MUDANÇAS: UM NOVO OLHAR SOBRE O CÓDIGO DO PROCESSO PENAL	ESM-PA Auditório 15/04/2010	3h/a	22 - Magistrados 60 - Servidores 02 - Assessores 28 - Estudantes 08 - Oper. Direito	120	71
Encontro de Estudos Específicos sobre a Garantia e Direitos da Criança e do Adolescente	ESM-PA Sala-03 16,23,29 e 30/04/2010 07 e 14/05/10	16h/a	Servidores	55	21
XVII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura	ESM-PA Sala 02	760 h/a	39 Op. Do Direito 13 Servidores	52	Em andamento
DA ÉTICA GERAL À ÉTICA EMPRESARIAL	ESM-PA Auditório 06/05/2010	3.5h/a	22 - Magistrados, 28 - Servidores do 06 -Oper. do Direito 12 - Estudantes	68	29
CURSO DE MEDIAÇÃO Parte Prática	ESM-PA Fórum Civil 31/05/2010 e 01 e 02/06/2010	60h/a	24 - Servidores	24	21
Capacitação dos participantes do Projeto "Eu também faço parte"	Auditório da ESM-PA 01 e 02/06/2010 8h às 12hs	8h/a	37 Servidores 3 Público externo 43 Público Externo	83	39
Treinamento do SISPE (Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados)	Auditório da ESM-PA 08 a 10/06/2010 15hs às 18hs	9h/a	167 Servidores	167	Em andamento
II Encontro Jurídico 2010	Auditório do Hotel Crowne Plaza 07 e 08/10/2010 18h30 às 21h30	6h/a	70 Magistrados 99 Servidores 49 Oper. Direito 275 Estudantes 89 Outros	630	148
Curso de Gestão de Processos na Atividade Judicante e Cartorária	Auditório da ESM-PA 10 e 11/12/2010	20h/a	18 Magistrados 109 Servidores	127	9

Curso de Pós-graduação (Convênio com o CESUPA)

Cursos	Local	C.H.	Público Alvo	Participantes	Concluintes
DIREITO AGRÁRIO	ESM-PA	360h/a	Magistrados	65	Em andamento
DIREITO CIVIL	ESM-PA	360h/a	Magistrados e Assessores	60	Em Fase de defesa de Monografia
DIREITO PENAL	ESM-PA	360h/a	Magistrados e Assessores	60	Em fase de defesa de Monografia

Outras Atividades

Prova de Seleção de estagiários da Procuradoria Geral	Auditório 16/03/2010 de 13h30 às 17h30
Treinamento do Sistema Pergamum	Laboratório de Informática 10 a 14/05/2010 de 15hs às 18hs
Gestão Judiciária Aula Prática	Laboratório de Informática 14 e 16/06/2010 e 28 e 29/06/2010 18hs às 21h
Prova de Seleção de estagiários da Procuradoria Geral do Estado	Auditório 27/08/2010 de 8h30 às 12h30
Curso Específico para os servidores do Tribunal de Contas do Estado	ESM-PA Sala 03 27 e 28/09/10 de 08h às 12h e 14h às 18h.
Treinamento para os servidores do Tribunal de Contas do Estado - TCE	ESM-PA Laboratório de Informática 24/08 de 9h às 11h
Palestra aos servidores do TCE	Sala 03 31/08 de 9h às 11h
TJE – Curso de Gestão Judiciária	Laboratório de informática 13 a 17/12/10 de 15h às 18h



SECRETÁRIA GERAL DE GESTÃO

Cumprindo com sua missão institucional a Secretaria Geral de Gestão desenvolveu atividades relativas à coordenação de ações da área meio do TJPA, com ênfase para a área de Gestão de Pessoas.

Realizou também atividades concernentes ao planejamento estratégico, envolvendo a coordenação na elaboração dos projetos e acompanhamento nas diversas fases de execução, atividades de apoio e acompanhamento na execução dos projetos envolvendo a área finalística, além das ações voltadas para o cumprimento das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, participando de diversos eventos promovidos por esse Conselho em Brasília e colaborou também nos Seminários Regionalizados do Poder Judiciário orientando os juízes e servidores das diversas Comarcas do Interior do Estado.

GESTÃO DE PESSOAS

A política de gestão de pessoas no biênio 2009 - 2010 foi desenvolvida, tendo em vista os objetivos do Planejamento Estratégico definidos na Resolução nº 027/2009 – GP e a Política de Modernização que vem sendo implementada no Poder Judiciário ao longo dos últimos anos.

Neste contexto as ações desenvolvidas envolveram a implementação de novos módulos do sistema de gerenciamento de recursos humanos, a modernização de procedimentos administrativos, a execução de um ambicioso programa de capacitação dos servidores além do desenvolvimento de ações previstas no projeto de alocação de recursos humanos, visando a suprir as deficiências de recursos humanos nas diversas unidades judiciárias do Poder Judiciário, o que representou uma significativa ampliação do quadro de magistrados e servidores.

Considerando a necessidade de subsidiar o planejamento da alocação adequada dos recursos humanos, a Secretaria Geral de Gestão, conjuntamente com o Departamento de Gestão de Pessoas efetuou o dimensionamento do quantitativo de cargos efetivos criados por Lei e a disponibilidade de vagas para provimento por meio de concursos públicos e /ou movimentação de servidores pelo processo de remoção. Neste sentido procedeu-se ao levantamento minucioso de toda a legislação que criou cargos de provimento efetivo para as categorias de Nível Superior, Médio e Operacional para as Comarcas da Capital e do Interior, identificando-se os cargos criados e /ou transformados, conforme as nomenclaturas utilizadas à época, estabelecendo-se as correlações com as adequações de nomenclaturas efetuadas de acordo com a Resolução nº 019/2005, com a Lei nº. 6.850/2009 e com a Lei nº. 6.969/2007, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário.

Todo esse estudo permitiu concluir que o Poder Judiciário do Estado do Pará, presente em aproximadamente 75,5% do total de municípios do Estado, com 108 Comarcas instaladas, possui registrado em seu quadro funcional, 314 magistrados, sendo 29 desembargadores e 285 juízes de 1º grau. Em relação aos servidores, são 2.981 servidores, sendo que 80,21% estão lotados na área finalística, correspondendo a 2.329 servidores.

No Quadro nº 01, abaixo, está demonstrado o quantitativo de magistrados e servidores por lotação na capital e nas comarcas do interior e por atividade.

QUADRO Nº 01.									
QUANTITATIVO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES									
REF.	DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL		TOTAL	%
		ATIVIDADE MEIO	ATIVIDADE FIM	ATIVIDADE MEIO	ATIVIDADE FIM	ATIVIDADE MEIO	ATIVIDADE FIM		
1.	MAGISTRADOS	0	135	0	179	0	314	314	100,00
1.1.	Desembargadores		29			0	29	29	9,24
1.2.	Juízes do 1º Grau		106		179	0	285	285	90,76
2.	SERVIDORES	652	1.237	0	1.092	652	2.329	2.981	100,00
2.1.	Efetivo	287	784		930	287	1.714	2.001	67,13
2.2.	Estável	169	166		114	169	280	449	15,06
2.3.	Exclusivamente comissionado	64	230		1	64	231	295	9,90
2.4.	Extra Judicial		2			0	2	2	0,07
2.5.	Requisitado	128	33		47	128	80	208	6,98
2.6.	Cedido	4	22			4	22	26	0,87
3.	TOTAL (1+2)	652	1.372	0	1.271	652	2.643	3.295	
4.	%	61,43		38,57		19,79	80,21	100,00	

Fonte: DGP/SGG

PROJETO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Tem por finalidade efetuar um planejamento permanente do dimensionamento da estrutura funcional padrão das Unidades do Poder Judiciário.

O biênio registrou o ingresso de 41 juízes substitutos, selecionados através do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2009 de 23 de janeiro de 2009, publicado no Diário de Justiça de 26 de janeiro de 2009 e de 164 servidores também selecionados por Concurso Público – Edital nº 002/2009, publicado no Diário de Justiça de 26 de janeiro de 2009, com a oferta de 236 vagas, como está demonstrado no Quadro nº 02 a seguir:

QUADRO Nº 02.		
QUANTITATIVO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES		
INGRESSO NO BIÊNIO		
REF.	DISCRIMINAÇÃO	QTD
01.	MAGISTRADOS	41
	Juízes	41
02.	SERVIDORES	164
	Analistas Judiciários	130
	Oficial de Justiça Avaliador	6
	Auxiliar Judiciário	28
03.	TOTAL	205

Fonte: DGP/SGG

Ainda dentro de projeto de alocação de recursos humanos foi realizado o Concurso de Remoção, coordenado e viabilizado pela Comissão designada pela Portaria nº 1.348/2010 – GP de 09 de junho de 2010 publica no Diário de Justiça de 10 de junho de 2009. Foram disponibilizadas 122 vagas distribuídas para as unidades judiciárias da capital (28) e para as comarcas do interior do estado (92), cujo resultado final apontou para 102 servidores classificados e 84 vagas preenchidas, conforme está demonstrado no Quadro nº 03 a seguir:

QUADRO Nº 03.					
CONCURSO DE REMOÇÃO					
QUANTITATIVO DE SERVIDORES					
Ref.	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE			
		ANALISTA JUDICIÁRIO	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	AUXILIAR JUDICIÁRIO	TOTAL
01.	Classificados	74	2	26	102
02.	Reserva	17	2	1	20
03.	Preenchidos	67	3	14	84

Fonte: DGP/SGG

Ainda, como meta do Projeto de Alocação de Recursos Humanos, o Tribunal de Justiça desenvolve, em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE o Programa de Estagiário que atua visando a formação de capital humano com a criação de oportunidades de desenvolvimento de capacidades e competências em diversas áreas com estágios pré-profissionais de estudantes de nível médio e de nível superior, tanto na área finalística como também nas atividades de suporte.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

O Programa de Capacitação para os servidores do Poder Judiciário, inserido nas diretrizes de gestão do biênio 2009-2011, constitui objetivo do Planejamento Estratégico aprovado pela Resolução nº 027/2009. Faz parte do modelo de gestão já implantado no Tribunal de Justiça do Pará que tem como foco a modernidade do Poder Judiciário, oferecendo aos jurisdicionados maior celeridade e qualidade nos resultados de suas demanda judiciais.

Consiste no aperfeiçoamento e na melhoria da profissionalização do servidor, treinando-o para o melhor desempenho de suas atribuições, além de dotá-lo dos conhecimentos necessários para execução das tarefas dentro do novo padrão de modernização já implantado no Tribunal.

Neste contexto, o Programa fornece as condições necessárias para que o servidor da justiça possa desenvolver suas potencialidades fornecendo-lhes insumos constantes e renovadas possibilidades de reflexão, criando, portanto as condições para a valorização do servidor, possibilitando a ascensão funcional e ganhos adicionais em função da melhoria de seu desempenho, aquisição de novas capacidades e graus de instrução e à

administração a possibilidade de melhor aproveitamento e valorização de seu material humano que em última análise contribuirá para a melhoria do serviço prestado ao jurisdicionado.

O Programa priorizou numa primeira etapa, a capacitação dos servidores (Analistas Judiciários e Auxiliares Judiciários) que desenvolvem suas atividades nas Secretarias Judiciárias dos Fóruns Cíveis e Criminais, dos Juizados Especiais, nas Unidades Judiciárias da Capital e do Interior do Estado e os servidores que atuam nas unidades judiciárias do 2º Grau, além dos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores.

Inicialmente foram viabilizados cursos em processos de trabalhos, com ênfase em procedimentos judiciais em varas cíveis e criminais e em juizados especiais, nas unidades judiciárias da capital e na Comarca de Santarém, tendo como resultado a capacitação de 164 servidores.

O Curso de capacitação em Gestão Judiciária constituiu um avanço no Programa proposto. Foi viabilizado em parceria com a Faculdade de Estudos Avançados do Pará - FE-APA, alcançando todas as unidades judiciárias da capital e do interior do Estado.

O Curso de Gestão Judiciária, estruturado em 6 módulos de 30 horas cada, totalizando 180 horas, foi ofertado para as unidades judiciárias da capital, na modalidade presencial e teve como resultado a capacitação de 82 analistas judiciárias que exercem a função de Diretor de Secretaria e de gestores de unidades judiciárias no 1º e 2º grau.

Para os servidores lotados nas Comarcas do Interior do Estado, o Curso de Gestão Judiciária foi ministrado na modalidade à distância, com as aulas gravadas em DVD e encaminhadas para cada Comarca a fim de serem ministradas simultaneamente sob a responsabilidade do Juiz responsável pelo Fórum. Foi disponibilizado aos servidores um sistema de suporte acadêmico, com monitoria acessada via Internet, Fax ou Telefone. O resultado foi a capacitação de 528 servidores.

Vale ressaltar ainda a realização do Curso de Gestão de Pessoas e Gestão de Processos promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, tendo por objetivo a capacitação dos administradores das unidades judiciária para a implantação de métodos de gerenciamento de rotinas. O Curso foi desenvolvido na modalidade à distância, e a metodologia utilizada permitiu aos participantes total flexibilidade quanto ao horário e local para a realização do Curso. No total foram capacitados 8 magistrados e 37 servidores.

O Programa já permitiu a capacitação de 910 servidores priorizando aqueles que desenvolvem suas atividades na área finalista (94,84%), conforme demonstrado no Quadro nº 04 abaixo.

QUADRO Nº 04			
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO			
CURSOS REALIZADOS			
REF.	CURSO	QUANTIDADE	%
I.	ÁREA FINALÍSTICA	863	94,84
1.	PROCEDIMENTOS JUDICIAIS	164	18,02
2.	GESTÃO JUDICIÁRIA	563	61,87
2.1.	Capital	82	9,01
2.2.	Comarcas do Interior	481	52,86
3.	CURSO DE GESTÃO DE PESSOAS E GESTÃO DE PROCESSOS/ CNJ	45	4,95
4.	ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO JUDICIÁRIO	40	4,40
5.	RELAÇÕES INTERPESSOAIS PARA GUARDAS JUDICIÁRIOS	30	3,30
6.	O ENQUADRE PERICIAL E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO DO PSICÓLOGO	21	2,31
II.	ÁREA MEIO	47	5,16
1.	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	22	2,42
2.	REDAÇÃO OFICIAL E GRAMÁTICA APLICADA A TEXTOS USADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10	1,10
3.	QUESTÕES RELAVANTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (em parceria com a Escola Superior de Magistratura)	15	1,65
III.	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS	910	100,00

Fonte: DGP/SGG

Permitiu ainda capacitar servidores em um número maior que o exigido para cumprimento da Meta 6 de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2009, conforme demonstrado no Quadro nº 05 a seguir.

QUADRO Nº 05.		
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO		
ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META		
REF.	CURSO	QTD.
1.	Gestão Judiciária	563
2.	Gestão de Pessoas e Processos de Trabalho	45
3.	TOTAL	608
4.	UNIDADES JUDICIÁRIAS	323
5.	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META	188,24

Atualmente, em parceria com a Faculdade de Estudos Avançados do Pará – FEAP estão em fase de execução os projetos de capacitação para os Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores, os administradores das unidades judiciárias do 2º Grau, os Analistas Judiciários que trabalham com cálculos judiciais e para os servidores lotados nas Comarcas do Interior do Estado. No total estão sendo ofertadas 1.0877 vagas, conforme demonstrado no Quadro nº 06, a seguir.

QUADRO Nº 06				
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO				
CURSOS EM EXECUÇÃO				
REF.	CURSO	PÚBLICO ALVO	CH	VAGAS OFERTADAS
1.	CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS	Oficiais de Justiça	240	465
1.1.	Capital			205
1.2.	Comarcas do Interior			260
2.	CÁLCULOS JUDICIAIS	Servidores dos Juizados Especiais e das Unidades de Arrecadação Judiciária.	60	152
2.1.	Capital			121
2.2.	Comarcas do Interior			31
3.	ROTINAS JUDICIÁRIAS	Servidores lotados nas Comarcas do Interior do Estado.	80	470
4.	TOTAL			1.087

Fonte: DGP/SGG

O Programa de Capacitação representou para o Tribunal um investimento de R\$ 2.368.308,72 e está estruturado em caráter permanente, com reforço institucional a partir da criação do Núcleo de Capacitação dos Servidores, contida em Projeto de Lei encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado.

PROJETO DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Constituiu uma das diretrizes do plano de gestão do biênio 2209-2010 e se materializou através das seguintes ações:

a) Inclusão e regularização de vantagens para os servidores: a Lei nº 7.258/2009, que alterou alguns dispositivos da Lei nº 6.969/2007, permitiu o enquadramento como analista judiciário dos servidores concursados ocupantes do cargo de Diretor de Secretaria, Auxiliar de Secretaria, Porteiro de Auditório e Leiloeiro, e, como Oficial de Justiça Avaliador, os ocupantes do cargo de Oficial de Justiça graduados em nível superior. Por outro lado, por meio da Lei nº 7.321/2009 foi possível a alteração do percentual de 20% para 50% da Gratificação de Risco de Vida para os servidores ocupantes do cargo de Oficial de Justiça Avaliador, e a concessão de 50% de Gratificação de Risco de Vida para os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Segurança. Esta alteração no dispositivo legal permitiu o enquadramento de 241 servidores como está demonstrado no Quadro nº 07 a seguir:

QUADRO Nº 07					
QUANTITATIVO DE SERVIDORES ENQUADRADOS					
REF.	ANO	CARGO			TOTAL
		ANALISTA JUDICIÁRIO	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	AUXILIAR DE SEGURANÇA	
01.	2009	125	62	19	206
02.	2010	7	5	23	35
03.	TOTAL	132	67	42	241

Fonte: DGP/SGG

b) Adicional de titulação: implementada a partir de março de 2009 (Portaria nº 0652/2009 – GP), nos percentuais de 15%, 20% e 25%, para títulos de especialização, mestrado e doutorado, respectivamente, esta vantagem prevista na Lei nº 6.969/2009, beneficiou 311 servidores, conforme está demonstrado no Quadro nº 08 a seguir:

QUADRO Nº 08					
ADICIONAL DE TITULAÇÃO					
QUANTITATIVO DE SERVIDORES BENEFICIADOS POR TITULAÇÃO					
REF.	ANO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES/TÍTULOS DE PÓS GRADUAÇÃO			
		ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOURADO	TOTAL
01.	2009	165	20	1	186
02.	2010	123	1	1	125
03.	TOTAL	288	21	2	311

Fonte: DGP/SGG

c) Progressão funcional: constitui outro benefício para o servidor decorrente da Lei nº 6.969/2007. Foram beneficiados com a primeira progressão funcional 937 servidores e estão em processo de avaliação 848 servidores.

d) Programa de qualidade de vida no trabalho: tem por objetivo primordial a motivação dos servidores de modo a ter como resultado a melhoria dos padrões comportamentais, as relações interpessoais e o compromisso com o desenvolvimento da atividade judicante. Várias ações foram desenvolvidas, com destaque para:

- Comemorações em datas especiais como o Dia Internacional da Mulher, o dias das Mães, a Páscoa, o Dia dos Pais;
- I e II Semana alusiva ao Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Dia Nacional de Combate ao Tabagismo
- Semana do Servidor
- Campanhas de Conscientização para a coleta seletiva de lixo
- Campanhas de doação de sangue
- Projeto “Café com o Presidente”;
- Projeto “Clube da Caminhada”;
- Projeto “Idéia Legal”;
- Projeto “Hiperdia”
- Projeto “Servidor Destaque”

e) Atendimento psicossocial a magistrados e servidores; realizado pelo Serviço de Apoio Psicossocial a Magistrados e Servidores, tem por objetivo contribuir no processo de promoção da saúde e da qualidade de vida dos magistrados e servidores, mediante atendimento individual ou em grupo, incluindo visitas domiciliares, hospitalares e institucionais.

f) Assistência médica através de Plano de Saúde/UNIMED : o contrato firmado entre o Tribunal de Justiça e a UNIMED prevê assistência médica aos magistrados e servidores e seus respectivos dependentes. Atualmente o total de beneficiário com o plano é de 7.522 pessoas, sendo que 2.662 são titulares do plano.

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA OPERACIONAL DE RECURSOS HUMANOS.

No biênio 2009 – 2010 foram implementados novos itens aos módulos do sistema de gerenciamento de recursos humanos, (Quadro nº 09) permitindo a parametrização das seguintes funcionalidade: base de adicional de tempo de serviço, base da cargo/função, incompatibilidade entre rubricas, habilitação de rubricas, habilitação de servidor, base de cálculo de hora extra, base de cálculo de margem consignável, base de cálculo da UNIMED, dependentes de imposto de renda de acordo com as normas da Receita Federal do Brasil, geração do auxílio transporte e pagamento automatizado, cálculo e inclusão do pagamento retroativo da progressão funcional, geração da folha de pagamento do estagiário, automaitização da pensão alimentícia, parametrização de gratificações e vantagens.

Há que se destacar ainda a implantação do Portal do Servidor que representa um canal de acesso às informações funcionais e financeiras por meio dos módulos: funcional, pessoas, frequência e financeiro. Foram disponibilizados para magistrados e servidores, seus contracheques, além de comprovante de rendimentos, histórico funcional registro de pensão alimentícia para os servidores que tem pensionistas, ficha de frequência dos servidores e a relação de dependentes para fins de imposto de renda e UNIMED.

QUADRO Nº 09				
QUANTITATIVO DE ITENS IMPLEMENTADOS				
REF.	MÓDULOS	ITENS EXISTENTES	ITENS IMPLEMENTADOS	% DE IMPLEMENTAÇÃO
01.	Dados Funcionais	14	13	92,86
02.	Frequência	9	8,5	94,44
03.	Registro Funcional	7	5	71,43
04.	Ferramentas	5	5	100,00
05.	Treinamento/Capacitação	8	2	25,00
06.	Folha de Pagamento	11	10	90,91
07.	Assistência médica	5	4,5	90,00

Fonte: DGP/SGG

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

O início do biênio 2009/2010 foi marcado pelos reflexos da crise econômico-financeira mundial de 2008, que provocaram o efetivo declínio na arrecadação das receitas do Estado, acarretando com que a administração deste Poder adotasse não só medidas de contenção dos gastos, como também medidas capazes de alavancar a arrecadação das receitas sobre sua gestão que compõem o Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário.

Neste sentido, foram implementadas ações que asseguraram o incremento de 63% na arrecadação das custas judiciais e 41% na arrecadação da Taxa de Fiscalização, quanto comparados à arrecadação no biênio de 2007/2008.

Simultaneamente, diante da responsabilidade de manter o equilíbrio fiscal do Poder, foi editada pela Presidência a Portaria de nº 0922/2009-GP, de 06 de maio de 2009, que implementou medidas de racionalização dos gastos na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços, com especificação de metas a serem cumpridas pelas unidades administrativas.

Tais medidas propiciaram que o Tribunal atingisse e superasse a Meta Prioritária 6 do Conselho Nacional de Justiça, que determinava a redução em pelo menos 2% o consumo per capita de magistrados, servidores, terceirizados e estagiários com energia, telefone, papel, água e combustível, tendo como referência o ano 2009, atingindo-se o grau de cumprimento de 6,64%.

ARRECAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS E DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Para o processo de arrecadação das custas judiciais, durante o biênio 2009/2010, foram adotadas medidas de consolidação das ações administrativas implementadas ao longo dos últimos anos, buscando o aperfeiçoamento dos procedimentos de arrecadação, bem como a compensação pela perda de receita face à isenção da cobrança das certidões positivas e negativas cíveis. Dentre as principais medidas destacamos:

- Reestruturação das Unidades Judiciais de Arrecadação, baseada na Portaria da Presidência nº 0504/2009-GP, que permitiu o desmembramento do espaço físico da unidade de arrecadação de outros setores e a não cumulatividade de funções pela Chefia da UNAJ, reestruturação que neste biênio alcançou as Comarcas de Parauapebas, Tucuruí, Altamira, Castanhal, Marituba, Marabá, Ananindeua, Benevides, Barcarena e a Vara Distrital de Icoaraci.

- Treinamento e capacitação dos servidores envolvidos no processo de arrecadação, notadamente nas Comarcas onde as Unidades Judiciais de Arrecadação ainda não foram instaladas, e que operam com boletos bancários com padrão FEBRABAN, tais como Óbidos, Almerim, Curionópolis, Aveiro, São Miguel do Guamá.

- A realização de fiscalização em 28 Comarcas, simultaneamente às Correições Ordinárias realizadas pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, em que foram verificados os procedimentos de recolhimento dos boletos emitidos e pagos, bem como, realizado treinamento e orientação sobre a aplicação das normas referentes ao correto recolhimento das custas judiciais.

- Instalação do Módulo de Arrecadação que acompanha o Sistema Libra nas Comarcas de Benevides, Marituba, Ananindeua, Abaetetuba, Tucuruí, Altamira, Barcarena, Marabá, Redenção, Castanhal, Santa Izabel, Belém e na Vara Distrital de Icoaraci, que permitiu melhor gerenciamento e controle do processo de arrecadação das custas judiciais através de relatórios gerenciais de monitoramento das demandas que geram custas, por Pólo, Região, Comarca e Secretaria;

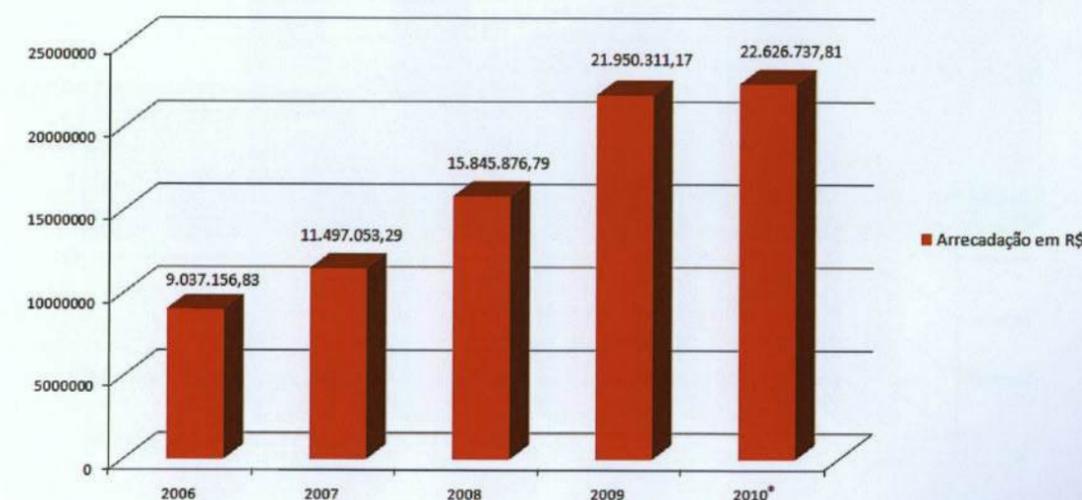
- Treinamento sobre os procedimentos de arrecadação das custas judiciais aos 185 diretores de secretaria responsáveis pela emissão de custas judiciais durante a realização do Curso de Gestão de Processos/Gerenciamento de Rotinas Cíveis;

- Palestra orientadora aos 49 magistrados que ingressaram na carreira no ano de 2010 com a finalidade de instruí-los sobre os procedimentos da arrecadação, bem como destacar o importância do papel do magistrado neste processo.

- Atuação do Serviço de Fiscalização de Arrecadação Judicial através das visitas técnicas as Comarcas de Capitão Poço, Capanema, Salinópolis, Bragança, Paragominas, Aurora do Pará, Mãe do Rio, Santa Maria e Cametá, visando à intensificação da cobrança da prestação de contas dos boletos utilizados onde não há Unidade de Arrecadação Judicial.

- Realização de auditoria pela Divisão de Arrecadação dos Serviços Judiciais em conjunto com a Coordenadoria de Controle Interno, nas Secretarias Judiciais Cíveis das Comarcas de Redenção e São Félix do Xingu.

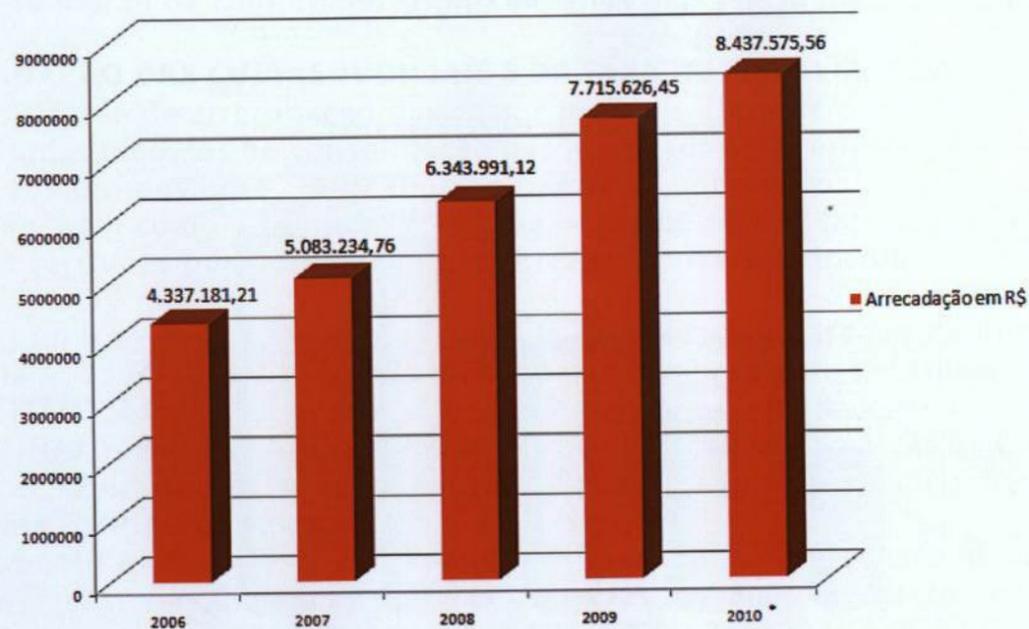
CUSTAS JUDICIAIS ARRECADADAS DE 2006 A 2010



Buscando incrementar também a arrecadação da Taxa de Fiscalização, foram implementadas as seguintes ações:

- A implementação da estruturação do quadro de Fiscais de Arrecadação, com a nomeação de dois (02) servidores concursados, dos 16 necessários para a formação do quadro.
- Gerenciamento, monitoramento e controle dos atos praticados e da utilização dos selos de segurança pelos cartórios extrajudiciais;
- Recuperação das receitas oriundas da inadimplência da Taxa de Fiscalização, através da atuação da Divisão de Fiscalização de Arrecadação em conjunto com os Juizes das Comarcas do Interior o que possibilitou a recuperação de **R\$ 1.498.835,44 (um milhão quatrocentos e noventa e oito mil e quarenta e quatro centavos)**.
- Fiscalização de 41 cartórios localizados no interior em acompanhamento as correções ordinárias e extraordinárias.
- Orientação, treinamento e incentivo a informatização dos Cartórios Extrajudiciais, buscando sua adesão ao Sistema Informatizado do Tribunal, com intuito de realizar uma melhor prestação de serviços e ao mesmo tempo, permitir o monitoramento das informações, resultando na informatização de **38 Cartórios**.

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE 2006 A 2010



Gestão dos Depósitos Judiciais

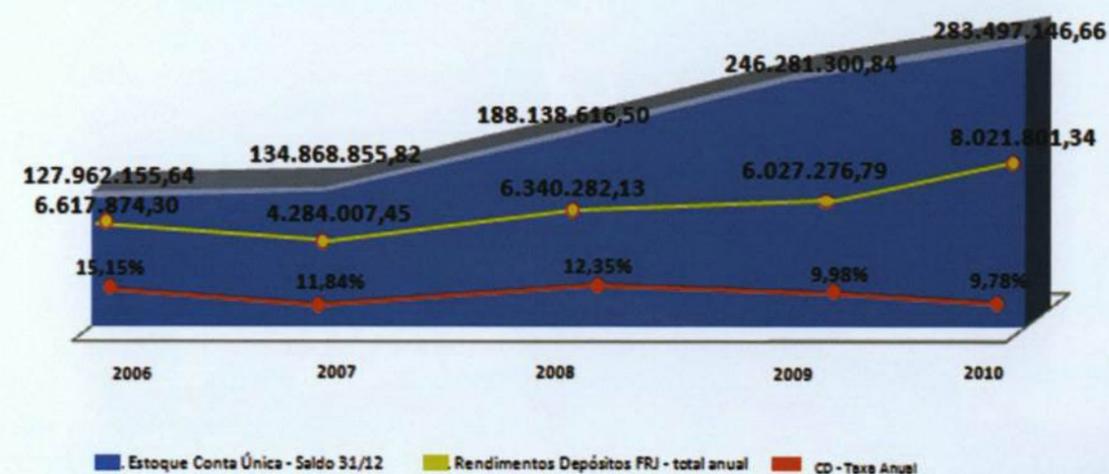
No curso do biênio 2009/2010, a atuação da Coordenadoria de Depósitos Judiciais foi voltada à consolidação do **Sistema de Depósitos Judiciais - SDJ**, gerenciado por este Poder, permitindo que ao final desta gestão, seja o mesmo utilizado por 98% das Comarcas e todos os Juizados Especiais.

No mesmo período, procedemos a adequação de nosso sistema com a implantação do Módulo de Repasse ao Executivo, dos depósitos judiciais de natureza tributária, nos termos definidos pela Lei Estadual nº 7.020/2007, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 355/2007, e Portaria nº 767/2009-GP, da Presidência deste Tribunal, integrado ao Sistema do Fundo, do Banco do Estado do Pará S/A.

Ressalta-se que a autonomia alcançada com implantação da Gestão da Conta Única dos Depósitos Judiciais pelo Tribunal, a partir de janeiro de 2008, assegurou um incremento das receitas oriundas dos rendimentos incidentes sobre os depósitos judiciais. Em 2009 registramos uma remuneração bruta de R\$ 6.027.276,79, representando uma média mensal de R\$ 502.273,00. Já em 2010, a remuneração bruta foi de R\$ 8.021.801,34, com média mensal de R\$ 668.483,00, representando um acréscimo de 33%, o que demonstra os ganhos financeiros advindos do controle da gestão pelo Tribunal.

O volume de depósitos em estoque, que em 2009 era de R\$ 246.281.300,84, avançou para R\$ 283.497.146,66 em 20/12/2010, o que representa um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior, sendo inferior ao crescimento da remuneração bruta do FRJ, que foi de 33%, em razão da liberação, em 10/12/2010, dos depósitos judiciais de natureza tributária, ao Poder Executivo, no valor de R\$ 40.052.776,29, por exigência da legislação vigente.

Evolução Depósito Judiciais - Estoque e Rendimentos FRJ 2006 a 2010



Fonte: Coordenadoria de Depósitos Judicial/SEPLAN/TJPA

GESTÃO ESTRATÉGICA

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizou nos últimos anos incontestáveis ações que repercutiram no avanço dos serviços jurisdicionais prestados a sociedade paraense. A gestão implementada ultrapassou limites, e superou barreiras de cunho geográfico, estrutural e financeiro em prol do aperfeiçoamento técnico e tecnológico, que firmaram uma nova etapa na busca da eficiência, qualidade e celeridade processual.

Com as disposições emanadas pela Resolução de nº 70 e as 10 Metas de Nivelamento Nacional definidas para o ano de 2009, a Presidência do Tribunal iniciou o ano de 2009 orientando os trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça Estado do Pará para os próximos cinco anos (2010-2014).

Seguindo as normativas do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal adotou como método para a elaboração do Planejamento Estratégico, o BSC (Balanced Score Card) para a elaboração do Planejamento Estratégico.

Para a construção do diagnóstico foram ouvidos os mais diversos atores envolvidos no sistema de justiça. Neste sentido, durante o 1º semestre do ano de 2009 foram realizados 06 (seis) Encontros Regionais de Trabalho dos Dirigentes do Tribunal com os magistrados de todas as Comarcas, que contou com a participação de 232 Juízes e 15 Desembargadores.

Além disso, realizou-se Pesquisa de Clima Organizacional e Oficinas de Diagnóstico Organizacional Participativo com os servidores, quando foram identificados os pontos fortes, fracos, as ameaças e oportunidades que influenciam na gestão da prestação jurisdicional.

A sociedade pode manifestar sua opinião e participar ativamente na elaboração do Planejamento Estratégico através da Pesquisa de Satisfação ao usuário, através da internet e em folders disponibilizados em diversas Comarcas.

Os dados coletados levaram a construção do Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará, seguindo os oito temas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, com dezesseis Objetivos Estratégicos e 28 Projetos Estratégicos.

Na elaboração dos Projetos Estratégicos, Metas e Indicadores, a equipe deste Tribunal contou com a participação de um Consultor da Fundação Getulio Vargas, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

O Tribunal Pleno, na sessão do dia 09 de dezembro, editou a Resolução de nº 027, que aprovou o Plano Estratégico que norteará as ações a serem implementadas pela Justiça Estadual no período de 2010/2014.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração é uma unidade administrativa diretiva, subordinada à Presidência do TJPA. Está sob sua responsabilidade a gerência dos programas e ações executivas relativas ao suporte administrativo para o bom desempenho das atividades finalísticas do Poder Judiciário, na prestação de serviços aos jurisdicionados.

A Secretaria de Administração fincou suas atividades de acordo com o planejamento estratégico traçado para o biênio 2009/2010, viabilizando as ações definidas pela Gestão e com o compromisso fixado pela direção do TJPA.

No biênio, cumpre ressaltar a necessidade de prestação de contas com o Relatório das atividades do período, considerando as áreas de

- a) Patrimônio e Serviços;
- b) Documentação e Informação;
- c) Licitações, Convênios e Contratos;
- d) Engenharia, Arquitetura e Manutenção.

PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

Ao Departamento de Patrimônio e Serviços, componente da Secretaria de Administração desta Egrégia Corte, compete coordenar em nível de direção as atividades dos seguintes organismos internos:

- Divisão de Serviços Gerais
- Divisão de Material e Patrimônio
- Divisão de Tombamento, Manutenção e Controle Patrimonial
- Divisão de Informação e Protocolo Administrativo e
- Divisão de Transportes

Atualmente, integram o DPS 95 servidores do quadro; 49 motoristas terceirizados, 37 pessoas de apoio e 247 de serviços gerais e limpeza.

Este relatório apresenta as realizações do Departamento de Patrimônio e Serviços no segundo ano do biênio 2009-2010 e está organizado setorizadamente, destacam-se as principais iniciativas e os projetos mais relevantes atualmente em execução.

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS COMPETÊNCIAS:

Gerenciar, orientar, coordenar e controlar a contratação e execução dos serviços referentes a reparos, limpeza, conservação e manutenção patrimonial, segurança patrimonial, bem como dos serviços de reprografia para a Capital e Comarcas do Interior;

Instruir processo para a contratação de serviços desde a construção de termo de referência, cotação de preços e orçamentos, justificativas de licitação a fim de subsidiar processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade e o gerenciamento e fiscalização para satisfatória execução dos contratados;

Fiscalização de serviços de consertos e/ou substituição dos equipamentos indispensáveis à limpeza e conservação dos ambientes, bem como supervisão e apoio às copas do Fórum Cível, Fórum Criminal e seus anexos, Edifício Sede e Juizados;

Apoio logístico aos eventos realizados pelo TJE, inclusive a disponibilidade de recursos audiovisuais e o fornecimento destes equipamentos.

Administração dos contratos de locação de máquinas impressoras/copiadoras instaladas nos Fóruns Criminal e Cível, Edifício Sede, Escola Superior de Magistatura, Capanema e Capitão-Poço.

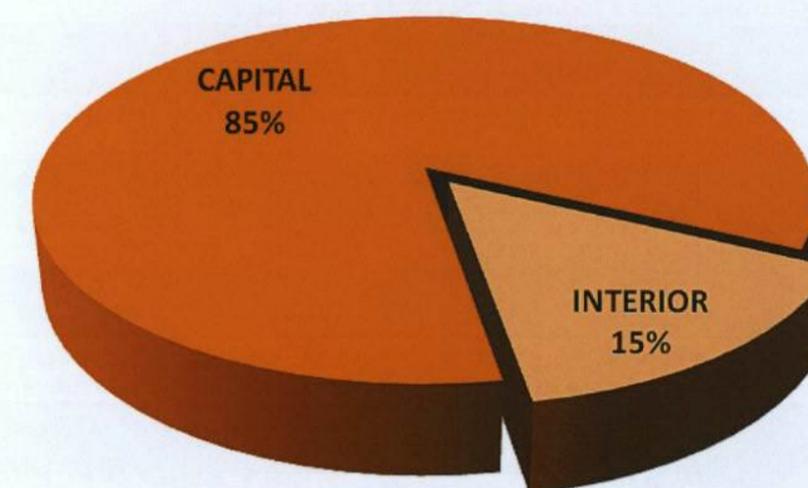
EVENTOS ADMINISTRADOS PELA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- 85 Encontro do Colégio de Presidente de Tribunais de Justiça do Pará;
- II Encontro Nacional do Fórum de Conflitos Fundiários;
- II Encontro Jurídico;
- Entendendo o Judiciário;
- II Seminário Estadual dos Agentes do Direito;
- Reunião da Comissão Permanente de Relacionamento Institucional e Comunicação do CNJ;
- Cerimônia de Outorga da Ordem do Mérito;
- Solenidade de Posse dos Novos Juizes Substituto do TJPA;
- Cerimônia de Instalação do Juizado Especial do Idoso, no campus da UFPA;
- Cerimônia de Inauguração virtual das casas da Cidadania e Justiça dos Estados do Pará;
- Cerimônia de Assinatura de Diversos Documentos;
- Cerimônia de Outorga da Medalha do Mérito;
- 50º Encontro dos Corregedores Gerais;
- Projeto Gestão de Processos Gerenciamento de Rotinas das Secretarias de 1º grau;
- Semana Nacional da Conciliação;
- Projeto Gestão de Processos Gerenciamento de Rotinas das Secretarias de 1º grau;

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ATIVIDADES

DESPESA	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Alarme (sensor) Tamandaré / Castanhal	5.760,00	-	5.760,00
Aluguel de máquinas xerox	108.709,92	-	108.709,92
Assinatura de jornal	9.677,00	-	9.677,00
Carimbos	19.162,00	-	19.162,00
Chaves	19.737,59	-	19.737,59
Controle de pragas	28.761,31	37.523,74	66.285,05
Fornecimento açúcar	16.612,00	-	16.612,00
Fornecimento café	26.320,00	-	26.320,00
Fornecimento de água copo e garrafão	204.059,31	-	204.059,31
Fornecimento leite	76.331,50	-	76.331,50
Identificação Visual	85.205,72	-	85.205,72
Instalação de cerca em concertina.	178.298,43	40.410,54	218.708,97
Instalação de Concertina	186.903,00	-	186.903,00
Instalação de Relógios de Ponto Eletrônico	159.000,00	-	159.000,00
Instalação de sensor de presença	460.000,00	-	460.000,00
Instalação de Sensor de Presença com Alarmes	100.801,72	139.953,84	240.755,56
Instalação de sistemas de segurança	14.453,85	-	14.453,85
Jardinagem: Lauro Sodré	124.322,11	-	124.322,11
Lanche Plenários	149.902,50	-	149.902,50
Lavagem de roupa médica/ ambulatorial	18.979,16	-	18.979,16
LIMPEZA	3.158.670,51	646.441,06	3.805.111,57
Locação de tenda e wc químico	42.865,00	-	42.865,00
Manutenção de aparelho médico/ odontológico	48.072,00	-	48.072,00
Manutenção de Equipamentos médico/odontológico	41.229,00	-	41.229,00
Manutenção de FAX	19.699,92	-	19.699,92
Operação de Som (Locação)	135.010,00	-	135.010,00
Rádios Transmissores (aquisição)	12.055,50	-	12.055,50

Recarga de extintor	10.982,00	-	10.982,00
Recarga de Gás de cozinha	9.568,00	-	9.568,00
Refeição: Júri / Plantão	303.700,00	-	303.700,00
Serviço de coleta de lixo ambulatorial	3.840,00	-	3.840,00
Serviço de Hospedagem	24.406,84	5.975,50	30.382,34
Serviço de portaria	542.006,53	-	542.006,53
Serviço de Publicidade	14.900,00	-	14.900,00
Serviços de Comunicações em Geral	125.055,50	-	125.055,50
Serviços de Telecomunicações	41.833,80	97.612,19	139.445,99
Transporte de equipamentos e mudança	-	23.547,85	23.547,85
Vigilância Armada	1.092.327,18	383.442,24	1.475.769,42
TOTAL	7.619.218,90	1.374.906,96	8.994.125,86

UTILIZAÇÃO DO GASTO

GESTÃO DO FÓRUM CRIMINAL E CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

GESTÃO CONTINUADA DAS ATIVIDADES INERENTES À COMPETÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS ATUANDO DIRETAMENTE NO FÓRUM CRIMINAL E FÓRUM CÍVEL.

Atividade	Detalhamento	Situação
Apoio logístico	Identificação de trânsito horizontal e vertical do complexo judiciário da Cidade Velha, garantindo melhor distribuição das vagas de estacionamento, além da melhoria na organização do espaço.	Continuada
	Garantia do espaço da garagem para uso exclusivo de veículos com a retirada de bens apreendidos e encaminhados para a área do Jurunas.	Concluído
Reforma / Manutenção Predial	Adequação do espaço para instalação do Mutirão Carcerário.	
	Instalação de mobiliários e limpeza das salas de atendimento as Sessões de Vídeo-Conferência.	
	Melhoria da programação visual dos Fóruns Cível e Criminal a fim de orientar os jurisdicionados, com identificação dos setores, considerando que só os totens, não são eficazes para orientação.	Em andamento
	Melhoria do espaço de trabalho de controle da garagem com a climatização da sala, considerando a incidência direta de raios solares.	Concluído
	Serviço de reposicionamento dos "dutos de refrigeração": Setor de Protocolo / Expediente / Arquivo e Secretaria da 12ª Vara do Juízo Singular.	Concluído
	Restauração do mobiliário de época do Tribunal de Júri do Salão Plenário Des. Plenário Elzamam Bitencourt.	Concluído
	Adaptação do Setor de Protocolo, com alterações no layout, no fluxo interno e reforma de balcão com instalação de ponto lógico.	
	Transformação do antigo restaurante em Refeitório para Servidores.	
	Lavagem e pintura da garagem do sub-solo do prédio principal do Fórum Criminal.	
Instalação de Equipamentos	Instalação de Central SPLIT na Sala do Protocolo objetivando a redução do consumo de energia tendo em vista que este espaço tem horário diferenciado.	Concluído
Confecção	Confecção de almofadas para assento para as cadeiras em madeira rígida em "palhinha" do Tribunal do Júri	Concluído
Instalação / segurança	Instalação de cerca em concertina.	Concluído
	Instalação da Sala de Protocolo para recebimento de Armamentos.	Em andamento

DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO COMPETÊNCIAS:

Proceder às compras de material de consumo e de expediente através de processos que envolvem: cadastro e contato com fornecedores, cotação de preços, orientação aos diversos setores quanto ao encaminhamento de solicitações para aquisição de material, elaboração de termos de referência, supervisão dos trabalhos de cotação e elaboração de estimativa de preços / orçamento, geração de ordem de serviço para

emissão de empenho, encaminhamento da ordem de compra a fornecedores após emissão de empenho, bem como coordenação, controle e participação de assuntos inerentes à aquisição de materiais;

Encaminhamento à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças de todas as requisições de compras, inclusive dos Processos Licitatórios homologados para empenho e encaminhamento à Coordenadoria de Contratos e Convênio para celebração do contrato;

Supervisão e aprovação de requisições de compras dentro do previsto na Lei 8.666/93, elaboração de Mapas, Especificações e Termos de Referência de Preços a fim de subsidiar os processos licitatórios.

Supervisão de controle de gastos de água, energia elétrica, telefonia (fixa e móvel) e correios.

DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

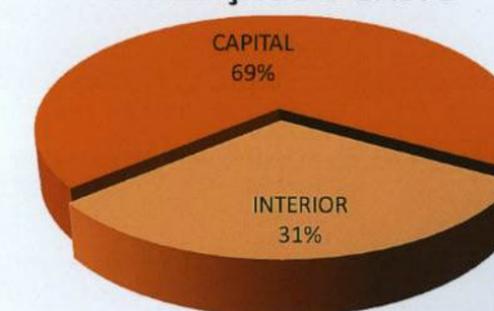
RESUMO DOS GASTOS

DIVISÃO	DETALHAMENTO	CAPITAL	INTERIOR	Total (R\$)
DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Cartuchos de impressoras, mouse e teclado.	153.802,44	68.366,45	222.168,89
	Impressos	64.094,66	109.137,05	173.231,71
	Material de Expediente	217.785,79	307.514,17	525.299,96
	Insumos de recarga de cartuchos	102.144,41	-	102.144,41
	Outros	3.171,07	241,47	3.412,54
	TOTAL		540.998,37	485.259,14

CONSUMO POR MATERIAL



UTILIZAÇÃO DO GASTO



DIVISÃO DE TOMBAMENTO, MANUTENÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL

COMPETÊNCIAS:

Gerenciar, dirigir, levantar, orientar, programar e controlar a execução das atividades pertinentes ao cadastramento e administração patrimonial dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Tribunal, recebendo, atestando, registrando, classificando, codificando cadastrando e armazenando o material adquirido, controlando estoques, suprimindo as demandas de material de consumo e de material permanente oriundos da Capital, Comarcas do interior e demais unidades do Tribunal de Justiça;

Gerenciamento periódico de inventário, emplacamento, atividade de almoxarifado, conferência, manutenção, catálogo, fichário de localização, elaboração de balancetes, balanço físico-financeiro dos bens patrimoniais, de engenharia e informática, inclusive, os inservíveis e lavra dos respectivos termos de responsabilidade, reparo das avarias que se verificar em qualquer material que esteja sob sua guarda, trânsito (recebimento, registro, transferência/distribuição e controle) de bens móveis, abrangendo os casos de cessão e permuta e doação de bens inservíveis, bem como incorporação e tombamento, inclusive, veículos, motos e barcos;

Controle e regularização da documentação dos bens imóveis pertencentes ao TJE, organizando e mantendo arquivo contendo cópias dos títulos de domínio e posse em conjunto com as respectivas plantas dos bens patrimoniais.

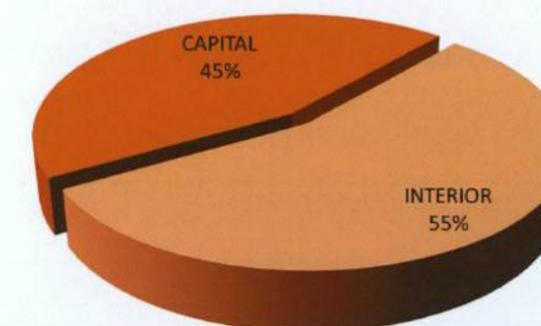
DIVISÃO DE TOMBAMENTO, MANUTENÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL – ATIVIDADES

Atividade	Detalhamento	Situação
Dotar as Comarcas Reformadas, Ampliadas e Construídas com Mobiliário necessárias ao perfeito aparelhamento.	Comarcas atendidas com prioridade para inauguração 3º andar do Fórum Cível; Fórum de Icoaraci; Fórum de Benevides; Fórum de Paragominas; Fórum de Novo Progresso; Fórum de Monte Alegre; Fórum de Igarapé- Miri; Fórum de São Domingos do Capim; Fórum de Porto de Moz; Fórum de Salvaterra; Fórum de Mãe do Rio. Mobiliário reservado aguardando a conclusão da obra: Marabá; Ananindeua e Tamandaré	Concluído
Aquisição de Bens Móveis	Aquisições de bens móveis a fim de garantir o aparelhamento do Poder Judiciário, destinados as comarcas da capital e interior, a saber: Prédio Sede, Fórum Cível, Fórum Criminal, Juizados Especiais, Varas Agrárias e todas as Comarcas situadas no interior do estado seja Vara Única ou composta por mais de uma vara.	Continuado
Serviço de Telefonia Móvel	Garantir em tempo real a integração entre os setores	Continuado
Regularização de Imóveis Comissão Permanente	Regularização dos imóveis ocupados por esta Corte a título precário, possibilitando investimentos para reformas e ampliações de prédios. Comarcas com Imóveis Regularizados: Rio Maria; Canaã dos Carajás; Mocajuba; Igarapé-Miri; Colares.	Continuado
Doação de Bens inservíveis	Destinar móveis e equipamentos inservíveis (que representem antieconomia para esta Corte) para doação às entidades filantrópicas devidamente credenciadas.	Continuado

Resumo de Gastos

DIVISÃO	DETALHAMENTO	CAPITAL	INTERIOR	Total (R\$)
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL	Atendimento à reforma e ampliação de comarcas.	384.342,60	387.304,37	771.646,97
	Atendimento às demandas recebidas quotidianas.	736.400,63	993.228,13	1.729.628,76
TOTAL		1.120.743,23	1.380.532,50	2.501.275,73

UTILIZAÇÃO DOS GASTOS



DIVISÃO DE INFORMAÇÃO E PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

COMPETÊNCIAS:

5.1.1 Dirigir, orientar, informar e acompanhar a execução de atividades relativas à gestão do registro, distribuição e expedição de processos, correspondências e documentos, bem como telefonia e atendimento ao público, tendo como atribuições o gerenciamento do atendimento ao usuário interno e externo, de modo presencial ou por telefone, prestando informações nos prédios do Edifício Sede, Fórum Cível e Fórum Criminal;

5.1.2 Gerenciamento, recebimento, numeração, registro, autuação, classificação, codificação de processos e correspondências, promovendo juntadas e anexações, controle dos documentos e petições recebidos no âmbito dos protocolos administrativo e judiciário, respectivamente através do PROAD e SAP2G, das comarcas da Capital e do Interior;

5.1.3 Supervisão das atividades típicas de protocolo administrativo ou judicial, controle do serviço de malote, recebimento, triagem, cadastro e entrega de AR's, fluxo de correspondências da Capital e do Interior, controle e acompanhamento de movimentação de processos Administrativos, Judiciais e documentos afins, intercâmbio de tramitação de processos entre 1º e 2º Graus, supervisão das atividades relativas ao funcionamento do Protocolo 24 Horas e prestação de serviço ao público denominado TELEJUDICIÁRIO;

DIVISÃO DE TRANSPORTE - COMPETÊNCIAS:

Orientar, coordenar e executar as atividades referentes a transportes, assim como guarda, manutenção e conservação da frota do Tribunal através do planejamento, organização, coordenação e controle das atividades inerentes ao serviço;

Gerenciamento do serviço de transporte para o deslocamento de servidores e de materiais na capital e Comarcas do interior, supervisão e controle de Frequência de Motoristas, licenciamento de veículos, encaminhamento de notas fiscais ao setor financeiro, controle das requisições de solicitação de transporte, elaboração da escala de motoristas, conferência e certificação de serviços de manutenção, abastecimento da frota, inclusive via CTF, supervisão do controle das ocorrências de sinistros envolvendo veículos da frota, controle de penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito, fluxo de entrada e saída dos veículos a serviço do órgão e na manutenção operativa, preventiva e corretiva da frota;

Gestão dos contratos de locação e manutenção de veículos, articulação com setores responsáveis pela elaboração de contratos de prestação de serviços, convênios, bem como instrução processual e elaboração de parecer técnico a fim de subsidiar processos licitatórios e decisões administrativas.

DIVISÃO DE TRANSPORTE - ATIVIDADES

DIVISÃO	DESPESA	Total (R\$)
DIVISÃO DE TRANSPORTE	Aquisição de Veículos	1.406.907,00
	Capacete para motoqueiro	6.000,00
	Manutenção de veículos	434.014,47
	Serviços de Motorista	1.148.930,88
	Lavagem de Veículos	27.764,20
	Fornecimento de Pneu	25.578,90
	Regularização da Frota de veículos	49.795,38
	Outros serviços com dispensa	20.000,00
	TOTAL	3.118.990,83

Utilização do Gasto

Nota: Leilão de veículos

Ano	Quant.	Valor	Observação
2009	29	225.000,00	Arrecadado
2010	50	400.000,00	Estimado

INVESTIMENTO ANUAL DO DEPARTAMENTO

DIVISÃO	DESPESA	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL (R\$)
DIVISÃO DE MATERIAIS	Cartuchos de impressoras, mouse e teclado.	153.802,44	68.366,45	222.168,89
	Impressos	64.094,66	109.137,05	173.231,71
	Insumos de recarga de cartuchos	102.144,41	-	102.144,41
	Material de Expediente	217.785,79	307.514,17	525.299,96
	Outros	3.171,07	241,47	3.412,54
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	Alarme (sensor) Tamandaré/Castanhal	5.760,00	-	5.760,00
	Aluguel de máquinas xerox	108.709,92	-	108.709,92
	Assinatura de jornal	9.677,00	-	9.677,00
	Carimbos	19.162,00	-	19.162,00
	Chaves	19.737,59	-	19.737,59
	Controle de pragas	28.761,31	37.523,74	66.285,05
	Fornecimento açúcar	16.612,00	-	16.612,00
	Fornecimento café	26.320,00	-	26.320,00
	Fornecimento de água copo e garrafão	204.059,31	-	204.059,31
	Fornecimento leite	76.331,50	-	76.331,50
	Identificação Visual	85.205,72	-	85.205,72
	Instalação de cerca em concertina.	178.298,43	40.410,54	218.708,97
	Instalação de Concertina	186.903,00	-	186.903,00
	Instalação de Relógios de Ponto Eletrônico	159.000,00	-	159.000,00
	Instalação de sensor de presença	460.000,00	-	460.000,00
	Instalação de Sensor de Presença com Alarmes	100.801,72	139.953,84	240.755,56
	Instalação de sistemas de segurança	14.453,85	-	14.453,85
	Jardinagem: Lauro Sodré	124.322,11	-	124.322,11
	Lanche Plenários	149.902,50	-	149.902,50
	Lavagem de roupa médica/ambulatorial	18.979,16	-	18.979,16
	LIMPEZA	3.158.670,51	646.441,06	3.805.111,57
	Locação de tenda e wc quimico	42.865,00	-	42.865,00
	Manutenção de aparelho médico/odontológico	48.072,00	-	48.072,00
	Manutenção de Equip. médico/odont.	41.229,00	-	41.229,00
	Manutenção de FAX	19.699,92	-	19.699,92
	Operação de Som (Locação)	135.010,00	-	135.010,00
	Rádios Transmissores (aquisição)	12.055,50	-	12.055,50
Recarga de extintor	10.982,00	-	10.982,00	
Recarga de Gás de cozinha	9.568,00	-	9.568,00	
Refeição: Júri/ Plantão	303.700,00	-	303.700,00	
Serviço de coleta de lixo ambulatorial	3.840,00	-	3.840,00	
Serviço de Hospedagem	24.406,84	5.975,50	30.382,34	
Serviço de portaria	542.006,53	-	542.006,53	
Serviço de Publicidade	14.900,00	-	14.900,00	
Serviços de Comunicações em Geral - Radiocomunicação	125.055,50	-	125.055,50	
Serviços de Telecomunicações	41.833,80	97.612,19	139.445,99	
Transporte de equipamentos e mudança	-	23.547,85	23.547,85	
Vigilância Armada	1.092.327,18	383.442,24	1.475.769,42	

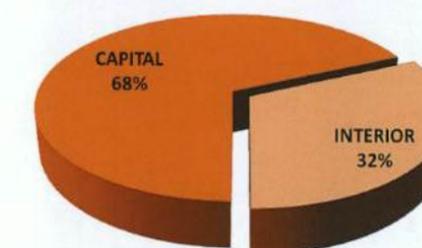
DIVISÃO DE TOMBAMENTO	Bens Permanentes	384.342,60	387.304,37	771.646,97
DIVISÃO DE TRANSPORTE		736.400,63	993.228,13	1.729.628,76
	Aquisição de Veículos Novos	726.907,00	680.000,00	1.406.907,00
	Capacete para motoqueiro	320,00	5.600,00	5.920,00
	Contrato para manutenção de veículos	434.014,47	-	434.014,47
	Contrato para serviço de motorista	1.148.930,88	-	1.148.930,88
	Cotrato para lavagem	27.764,20	-	27.764,20
	Fornecimento de Pneu	25.578,90	-	25.578,90
	Outros serviços com dispensa	20.000,00	-	20.000,00
	Regularização da Frota de veículos	29.877,23	19.918,15	49.795,38

DESPESA	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL (R\$)
ÁGUA E ESGOTO	245.687,15	46.252,49	291.939,64
COMBUSTÍVEL	508.386,10	67.428,27	575.814,37
CORREIOS - MALOTE	31.810,02	-	31.810,02
CORREIOS - POSTAGEM	1.193.674,88	1.107.734,33	2.301.409,21
ENERGIA ELÉTRICA	1.792.486,90	1.506.585,34	3.299.072,24
PAPEL	132.172,35	206.465,26	338.637,61
TELEFONIA FIXA	959.381,73	898.269,28	1.857.651,01
TELEFONIA MÓVEL	108.150,43	-	108.150,43
TOTAL GERAL	16.666.102,74	7.778.951,72	24.445.054,46

DESPESAS POR DIVISÃO

DIVISÃO	TOTAL (R\$)
DIVISÃO DE MATERIAIS	1.026.257,51
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	8.994.125,86
DIVISÃO DE TOMBAMENTO	2.501.275,73
DIVISÃO DE TRANSPORTE	3.118.910,83
DESPESAS CONTINUADAS	8.804.484,53
TOTAL	24.445.054,46

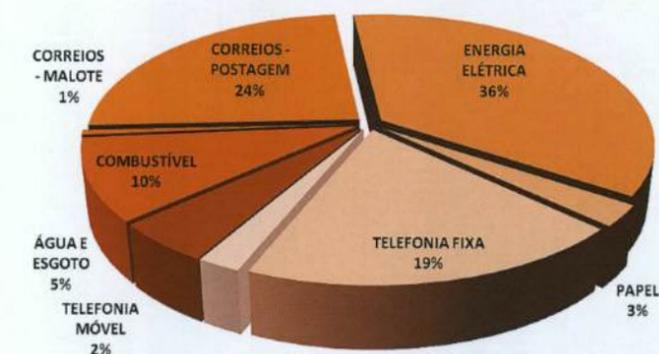
TOTAL DOS GASTOS CAPITAL / INTERIOR



GASTO POR DIVISÃO

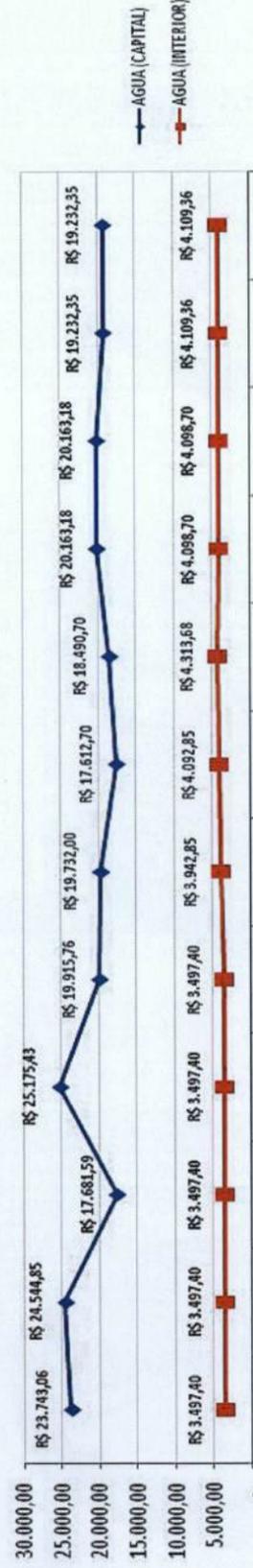


DESPESAS CONTINUADAS



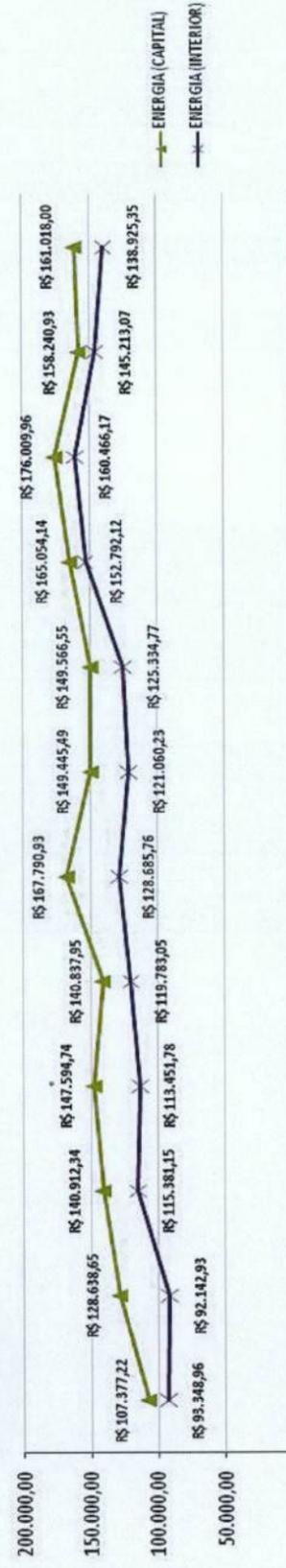
GRÁFICOS DE CUSTO DE DESPESAS CONTINUADAS - 2010
8 CONSUMO DE ÁGUA ENCANADA E ENERGIA ELÉTRICA (EM R\$) DE 2010.

LOCAL	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
AGUA(CAPITAL)	23.743,06	24.544,85	17.681,59	25.175,43	19.915,76	19.732,00	17.612,70	18.490,70	20.163,18	20.163,18	19.232,35	19.232,35	245.687,15
AGUA(INTERIOR)	3.497,40	3.497,40	3.497,40	3.497,40	3.497,40	3.942,85	4.092,85	4.313,68	4.098,70	4.098,70	4.109,36	4.109,36	46.252,49
TOTAL	27.240,46	28.042,25	21.178,99	28.672,83	23.413,16	23.674,85	21.705,55	22.804,38	24.261,88	24.261,88	23.341,71	23.341,71	291.939,65



— AGUA (CAPITAL)
 — AGUA (INTERIOR)

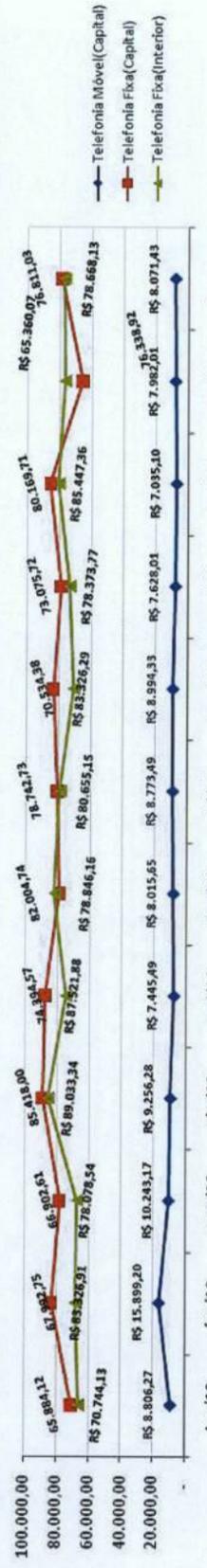
LOCAL	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
ENERGIA (CAPITAL)	107.377,22	128.638,65	140.912,34	147.594,74	140.837,95	167.790,93	149.445,49	149.566,55	165.054,14	176.009,96	158.240,93	161.018,00	1.792.486,90
ENERGIA (INTERIOR)	93.348,96	92.142,93	115.381,15	113.451,78	119.783,05	128.685,76	121.060,23	125.334,77	152.792,12	160.466,17	145.213,07	138.925,35	1.506.585,34
TOTAL	200.726,18	220.781,58	256.293,49	261.046,52	260.621,00	296.476,69	270.505,72	274.901,32	317.846,26	336.476,13	303.454,00	299.943,35	3.299.072,24



— ENERGIA (CAPITAL)
 — ENERGIA (INTERIOR)

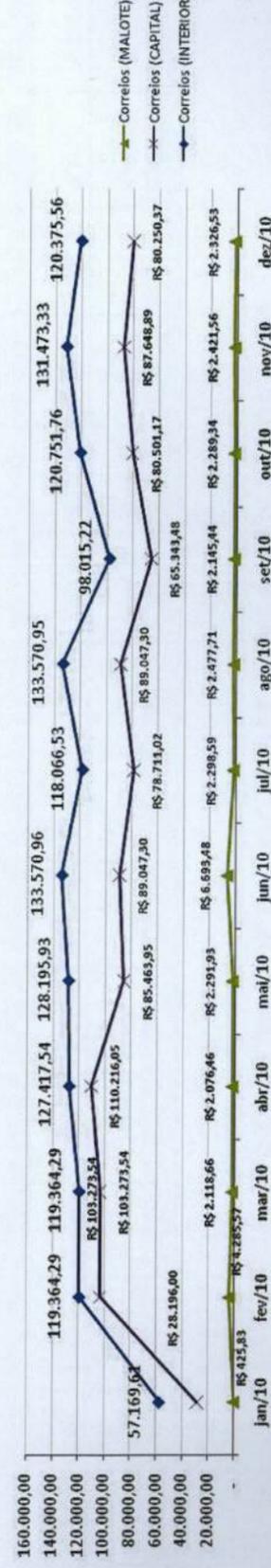
9 CONSUMO DE TELEFONIA E CORREIOS (EM R\$) DE 2010.

Local	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
TELEFONIA MÓVEL (CAPITAL)	8.806,27	15.899,20	10.243,17	9.256,28	7.445,49	8.015,65	8.773,49	8.994,33	7.628,01	7.035,10	7.982,01	8.071,43	108.150,43
TELEFONIA FIXA (CAPITAL)	70.744,13	83.326,91	78.078,54	89.033,34	87.521,88	78.846,16	80.655,15	83.326,29	78.373,77	85.447,36	65.360,07	78.668,13	959.381,73
TELEFONIA FIXA (INTERIOR)	65.884,12	67.992,75	66.902,61	85.418,00	74.394,57	82.004,74	78.742,73	70.534,38	73.075,72	80.169,71	76.338,92	76.811,03	898.269,28
TOTAL	145.434,52	167.218,86	155.224,32	183.707,62	169.361,94	168.866,55	168.171,37	162.855,00	159.077,50	172.652,17	149.681,00	163.550,60	1.965.801,45



— Telefonia Móvel(Capital)
 — Telefonia Fixa(Capital)
 — Telefonia Fixa(Interior)

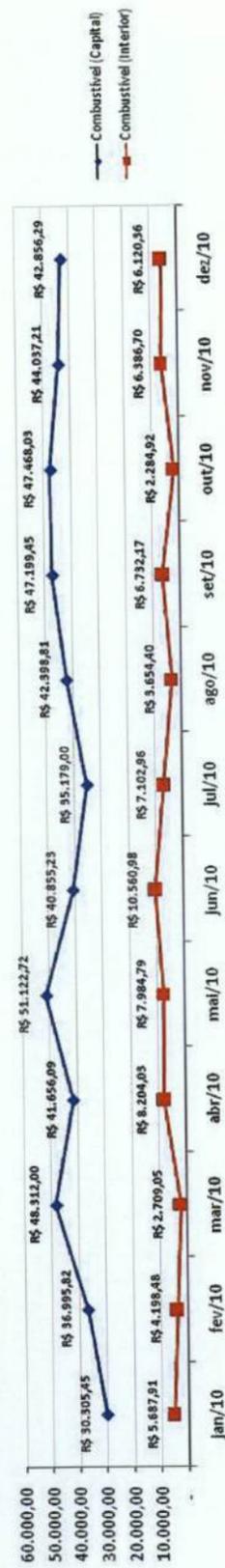
LOCAL	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
CORREIOS (MALOTE)	425,83	4.285,57	2.118,66	2.076,46	2.291,93	6.693,48	2.298,59	2.477,71	2.145,44	2.289,34	2.421,56	2.326,53	31.851,10
CORREIOS (CAPITAL)	28.196,00	103.273,54	103.273,54	110.216,05	85.463,95	89.047,30	78.711,02	89.047,30	65.343,48	80.501,17	87.648,89	80.250,37	1.000.972,62
CORREIOS (INTERIOR)	57.169,61	119.364,29	119.364,29	127.417,54	128.195,93	133.570,96	118.066,53	133.570,95	98.015,22	120.751,76	131.473,33	120.375,56	1.407.335,96
TOTAL	85.791,44	226.923,40	224.756,49	239.710,05	215.951,81	229.311,74	199.076,14	225.095,96	165.504,14	203.542,27	221.543,78	202.952,46	2.440.159,68



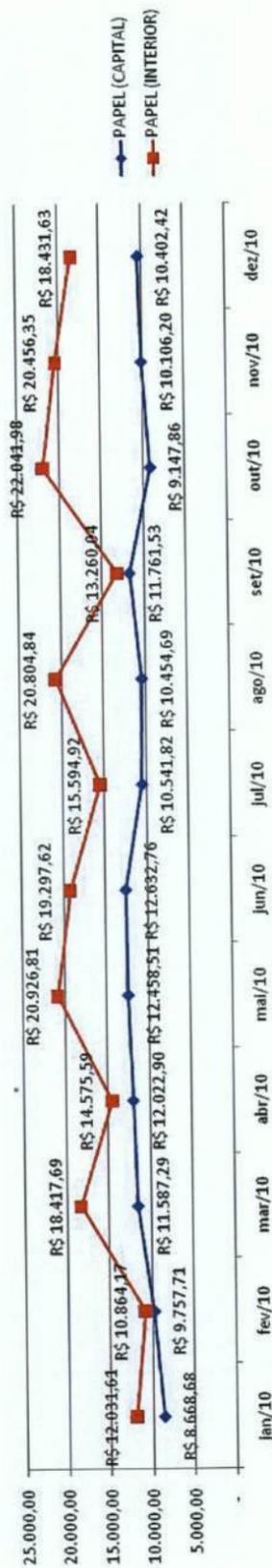
— Correios (MALOTE)
 — Correios (CAPITAL)
 — Correios (INTERIOR)

10 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL E PAPEL (EM R\$) DE 2010

Local	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
COMBUSTÍVEL (CAPITAL)	30.305,45	36.995,82	48.312,00	41.656,09	51.122,72	40.855,23	35.179,00	42.398,81	47.199,45	47.468,03	44.037,21	42.856,29	508.386,10
COMBUSTÍVEL (INTERIOR)	5.687,91	4.198,48	2.709,05	8.204,03	7.984,79	10.560,98	7.102,96	3.654,40	6.732,17	2.284,92	6.386,70	6.120,36	71.626,75
TOTAL	35.993,36	41.194,30	51.021,05	49.860,12	59.107,51	51.416,21	42.281,96	46.053,21	53.931,62	49.752,95	50.423,91	48.976,65	580.012,85



LOCAL	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Total
PAPEL (CAPITAL)	8.668,68	9.757,71	11.587,29	12.022,90	12.458,51	12.632,76	10.541,82	10.454,69	11.761,53	9.147,86	10.106,20	10.402,42	122.764,25
PAPEL (INTERIOR)	12.031,61	10.864,17	18.417,69	14.575,59	20.926,81	19.297,62	15.594,92	20.804,84	13.260,04	22.041,98	20.456,35	18.431,63	193.908,44
TOTAL	20.700,29	20.621,88	30.004,97	26.598,48	33.385,32	31.930,38	26.136,74	31.259,54	25.021,57	31.189,84	30.562,56	28.834,05	316.672,68



PLANO DE SEGURANÇA

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Segurança Pública para acesso das informações do serviço de inteligência;
- Proposição de acento do Poder Judiciário ao Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará;
- Criação do Batalhão de Polícia Judiciário.

*Nota: A Secretaria de Administração promoverá articulação junto ao Estado para a realização dessas ações.

SEGURANÇA ARMADA – LOCALIDADES

Paar; Projud; Icoaraci, Marabá, Salinópolis, Escola da Magistratura, Mosqueiro, Jurunas, Marituba e Tailândia.

INSTRUMENTOS DE CONTROLE DE INTRUSÃO

Controle de Acesso Por Fotografia:

- Foto de identificação para visitantes.
- Locais previstos para instalação:
- Fórum Cível, Fórum Criminal e Sede do TJ-PA.

Nota: Ação não implantada com gerenciamento pela Secretaria de Informática e Coordenadoria Militar.

INSTRUMENTOS DE CONTROLE DE INTRUSÃO

CFTV - circuito fechada de TV – LOCAIS INSTALADOS (em teste):

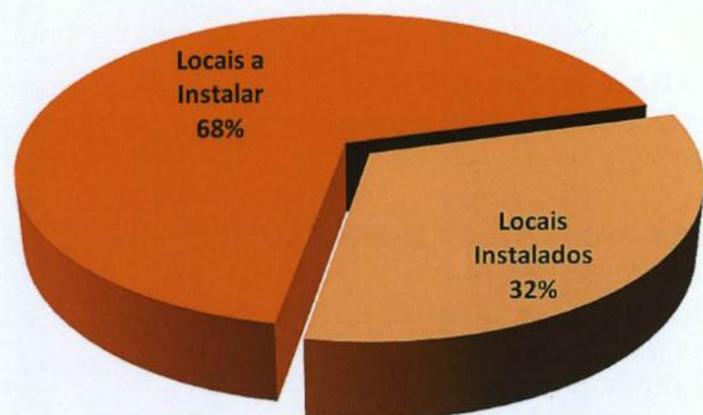
TRIBUNAL DE JUSTIÇA; ESCOLA DA MAGISTRATURA; FÓRUM CRIMINAL; FÓRUM CIVEL; ALMOXARIFADO CENTRAL; VARA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA; CARCERAGEM. 2011 – Comarcas: Ananindeua; Castanhal; Marabá; Altamira; Santarém e Paraupebas.

PLANO DE SEGURANÇA: Instalação de Sensor de Presença c/ Botão de Pânico (equipamentos e localidades atendidas)

Ano de instalação	Lote	Pólo/Comarcas	Área Construída (m2)	Qnt. Ambientes	Qnt. Pontos	Locais a instalar	Locais Instalados	Executado
2010	1	Capital e Santarém	18.646,92	926	190	32	15	46,89%
	5	Paragominas e Redenção	6.266,16	336	75	13	0	0,00%
	6	Tucuruí, Marabá e Altamira	18.808,06	714	175	28	0	0,00%

2011	2	Metropolitana de Belém e Capanema	8.921,04	452	110	18	0	0,00%
	3	Santa Izabel do Pará e Abaetetuba	6.921,23	383	80	14	0	0,00%
	4	Castanhal e Marajó	10.639,63	548	135	28	0	0,00%

Nota: A instalação dos sensores de presença teve início em novembro de 2010, estando com o seu cronograma de acordo com o programado e a conclusão do serviço está prevista para março de 2011, conforme a programação orçamentária.



LOCALIDADES

- 1 – ANEXO I
- 2 – ANEXO IV
- 3 – ANEXO V
- 4 – ARQUIVO GERAL DO TJE
- 5 – CASA DA CIDADANIA
- 6 – JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DO PAAR
- 7 – FÓRUM DISTRITAL DE MOSQUEIRO
- 8 – JUIZADO ESPECIAL DA 25 ACIDENTES DE TRÂNSITO, 3ª, 6ª E CONSUMO
- 9 – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROJUD
- 10 – JUIZADO ESPECIAL DE ICOARACI
- 11 – JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
- 12 – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JURUNAS
- 13 – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE
- 14 – JUIZADO ESPECIAL DO IDOSO (UFGA)
- 15 – JUIZADO ESPECIAL DA CN VIII

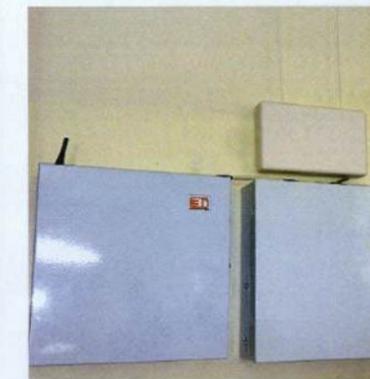
FOTO ILUSTRATIVA DOS EQUIPAMENTOS SENSORES



SENSORES



BOTÃO DE PÂNICO



CENTRAL DE ALARME E GPRS



SIRENE EXTERNA



SIRENE INTERNA



TECLADO DE SENHAS

PLANO DE SEGURANÇA

Instalação de cercas em concertina – CAPITAL (16 prédios)

LOCAL	Metros
ALMOXARIFADO CENTRAL	242
ANEXO 3 E 4	110
ARQUIVO GERAL (16 DE NOVEMBRO)	162
ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA	121
FÓRUM CÍVEL	62
FÓRUM CRIMINAL	73
FÓRUM DISTRITAL DE MOSQUEIRO	153
FÓRUM DE MARITUBA	126

LOCAL	Metros
GARAGEM DO JURUNAS	100
JUIZADO CIDADE NOVA VIII	275
JUIZADO DA 25	144
JUIZADO DO CONSUMIDOR	64
JUIZADO DO JURUNAS	73
JUIZADO ESP. DE ICOARACI	164
OUVIDORIA AGRÁRIA	33
PROJUDI	53

Instalações de cercas em concertina realizadas – INTERIOR (34 comarcas)

LOCAL	Metros
AUGUSTO CORRÊA	133,16
BAIÃO	56,3
BOM JESUS DO TOCANTINS	162
BONITO	133,69
BRAGANÇA	72,1
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	140,7
BREU BRANCO	161,4
CAMETÁ	131,16
CAPANEMA	58,4
CAPITÃO POÇO	130,8
CURUÇÁ	209,76
IGARAPÉ-AÇÚ	150,2

LOCAL	Metros
INHANGAPI	20
JACUNDÁ	133,03
MARABÁ	365,7
MARACANÃ	134,42
MARAPANIM	188,5
MOCAJUBA	86,29
MONTE ALEGRE	147,5
ÓBIDOS	113,72
OEIRAS DO PARÁ	66,6
PARAUPEBAS	196,2
PEIXE-BOI	95,16
PRIMAVERA	105,72

LOCAL	Metros
SALINÓPOLIS	46,9
SANTARÉM	223,66
SANTARÉM NOVO	160
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	70,05
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	149,22
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	190,78
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	193
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	140,6
STA. LUZIA DO PARÁ	147,8
TERRA SANTA	160

Comarcas não atendidas devido a falta de infra estrutura de muro

LOCAL	Metros
ALENQUER	128,24
ALMERIM	121,18
FARO	94,6
ORIXIMINÁ	158
PRAINHA	142
RURÓPOLES	126,18
GARRAFÃO DO NORETE	126,75
NOVA TIMBOTEUA	155,4

LOCAL	Metros
OURÉM	135,2
BARCARENA	281,4
BUJARÚ	96,24
ANAJÁS	96,6
BREVES	180,9
CACHOEIRA DO ARARÍ	115,1
SOURE	138,72
OURILÂNDIA DO NORTE	133,95

LOCAL	Metros
RIO MARIA	108
TUCUMÃ	137
MEDICILÂNDIA	117,6
NOVO REPARTIMENTO	173,4
OEIRAS DO PARÁ	66,6
TUCURUÍ	137

Nota: o percentual de 46% não concluído, para o atingimento da meta, decorre da falta de infraestrutura de muro, sendo necessária nova ARP, dotação orçamentária e financeira, bem como, o cronograma de adequação dos muros a serem definidas pela SEAD.

**PLANO DE SEGURANÇA:****Remanejamento de Armas – Serviços Realizados**

COMARCAS	QUANT.
ABAETETUBA	269
ACARÁ	34
ALTAMIRA	282
ANANINDEUA	791
AUGUSTO CORRÊA	14
AURORA DO PARÁ	153
BAIÃO	41
BARCARENA	243
BELÉM	1114
BENEVIDES	178
BRAGANÇA	152
BRASIL NOVO	18
BREU BRANCO	196
BUJARÚ	54
CAMETÁ	60
CANAÃ DOS CARAJAS	18
CAPANEMA	174
CAPITÃO-POÇO	176
CASTANHAL	208
CONCÓRDIA DO PARÁ	49
CURIONÓPOLIS	318
DOM ELISEU	60
GARRAFÃO DO NORTE	218
GOIANESIA DO PARA	42
IGARAPÉ-MIRI	50
IRITUIA	22
ITAITUBA	76
ITUPIRANGA	17
JACUNDÁ	26
JUIZADO DE MENORES	186
LIMOEIRO DO AJURÚ	28
MARABÁ	27

COMARCAS	QUANT.
MARACANÃ	50
MARAPANIM	44
MARITUBA	10
MEDICILÂNDIA	15
MOCAJUBA	125
MOJÚ	220
NOVO REPARTIMENTO	142
OURÉM	73
OURILÂNDIA NORTE	31
PACAJÁ	151
PARAGOMINAS	682
PARAUPEBAS	351
PARAUPEBAS	453
PRIMAVERA	32
REDENÇÃO	280
RIO MARIA	59
RONDON DO PARÁ	65
RURÓPOLIS	38
SALVATERRA	18
SANTA ISABEL DO PARÁ	113
SANTA MARIA DO PARÁ	104
SANTARÉM	280
SANTARÉM NOVO	12
SANTO ANTONIO DO TAUÁ	24
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	24
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	35
SÃO FÉLIX DO XINGU	45
SÃO FRANCISCO DO PARÁ	45
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	5
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	9
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	33
SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	40

COMARCAS	QUANT.
SOURE	27
TAILÂNDIA	236
TUCUMÃ	162
TUCURUÍ	17
ULIANÓPOLIS	44
URUARÁ	103
WISEU*	
XINGUARA	331
TOTAL	9822

Remanejamento de Armas – Serviços a Realizar

Programadas para o 1º Trimestre de 2011 (Transporte Rodoviário):

COMARCAS
TOMÉ-AÇÚ
BONITO
MÃE DO RIO
SANTA LUZIA DO PARÁ
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SANTANA DO ARAGUAIA*
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SALINÓPOLIS
NOVA TIMBOTEUA
PEIXE BOI
IGARAPÉ-AÇÚ
VIGIA
CURUÇÁ
JACAREACANGA
NOVO PROGRESSO

A programar (Transporte hidroviário para ilha do Marajó):

COMARCAS
BREVES
CHAVES
CACHOEIRA DO ARARI
CURRALINHO*
MELGAÇO*
MUANÁ
PONTA DE PEDRAS
PORTEL
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
OEIRAS DO PARÁ
AFUÁ*
ANAJÁS

A programar (Transporte hidroviário para o Oeste do Pará):

COMARCAS
ALENQUER
ALMEIRIM
FARO
GURUPÁ
MONTE ALEGRE
ÓBIDOS
ORIXIMINÁ
PRAINHA
TERRA SANTA
PORTO DE MOZ

Nota: Previsto para 2011 – orçamento de aluguel de barco, diárias e alimentação.
Nota: este serviço se caracteriza pela necessidade de remanejamento continuado de armas.



ATENDIMENTO À META PRIORITÁRIA – 6 DO CNJ.

Conforme o Glossário das Metas Prioritárias estabelecidas pelo CNJ e demonstração da metodologia a seguir, apresentamos o GC (grau de cumprimento) da Meta Prioritária 6:

"[...]O grau de cumprimento total será dado pela média dos graus de cumprimento parciais (energia, telefone, água, papel e combustível). [...] A meta estará cumprida se o grau de cumprimento for igual ou maior que 1."

Obs.:

- P6.8 = consumo de energia em kWh em 2010;
- P6.2 = consumo de energia em kWh em 2009;
- P6.1 = FFT (Força de Trabalho Total) em 31/12/2009;
- P6.7 = FTT em 2010.
- P6.9 = consumo de água 2010;
- P6.3 = consumo de água 2010;
- P6.10 = consumo de água 2010;
- P6.4 = consumo de água 2009;
- P6.11 = consumo de papel 2010;
- P6.5 = consumo de papel 2009;
- P6.12 = consumo de combustível 2010;
- P6.6 = consumo de combustível 2009.

Objeto	Fórmula Final
Energia	$GC_{meta6E} = 50 \cdot (1 - (\frac{\sum P6.8}{P6.2} \cdot \frac{P6.1}{P6.7}))$
Telefone	$GC_{meta6T} = 50 \cdot (1 - (\frac{\sum P6.9}{P6.3} \cdot \frac{P6.1}{P6.7}))$
Água	$GC_{meta6A} = 50 \cdot (1 - (\frac{\sum P6.10}{P6.4} \cdot \frac{P6.1}{P6.7}))$
Papel	$GC_{meta6P} = 50 \cdot (1 - (\frac{\sum P6.11}{P6.5} \cdot \frac{P6.1}{P6.7}))$
Combustível	$GC_{meta6C} = 50 \cdot (1 - (\frac{\sum P6.12}{P6.6} \cdot \frac{P6.1}{P6.7}))$

$$GC_{meta6} = \frac{GC_{meta6E} + GC_{meta6T} + GC_{meta6A} + GC_{meta6P} + GC_{meta6C}}{5}$$